

Lucas Henrique Lopes Ritzel

**A BOLHA NORTE-COREANA NO JAPÃO: UMA ABORDAGEM
CONSTRUTIVISTA DA COMUNIDADE ZAINICHI FACE ÀS INTERAÇÕES DO
CENÁRIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Júlio Bernardes

Santa Cruz do Sul
2020

RESUMO

Neste trabalho se objetiva investigar que no Japão há um grupo de origem étnica coreana chamado *Zainichi*, que forma uma parcela da população japonesa e enfrenta a árdua realidade por sua ambígua afirmação identitária e nacional. As presentes tensões políticas e diplomáticas entre a Coreia do Norte, do Sul e Japão resultam na sua divisão interna entre aqueles que se identificam com a Coreia do Sul, com a Coreia do Norte e os que não tem de nenhuma das duas identidades, nem sequer nacionalidade japonesa, e também na sua coexistência não-pacífica com grupos nacionalistas de direita dentro do ambiente social japonês. No presente trabalho foi realizado um método procedimental qualitativo, através de estudo de caso dos *Zainichi*, adjunto à uma análise histórico-comparativa das origens da instabilidade do Extremo Oriente. Para compreender como a presença dos *Zainichi* se possibilitou em território japonês foi usada a teoria construtivista. A hipótese central deste trabalho é de que essas instabilidades entre as relações histórico-políticas e diplomáticas do Japão com as Coreias do Sul e Norte têm relação causal com o tratamento que o Japão dá aos *Zainichi* e com os problemas de identidade nacional que geram uma divisão interna deste grupo por identificação política, cultural e nacional entre a Coreia do Norte e Coreia do Sul, ao passo que também resultam no preconceito que esse grupo tem enfrentado em território japonês.

Palavras-chave: Zainichi. Japão. Coreia do Norte. Nacionalidade. Estrutura. Agência. Identidade.

ABSTRACT

This paper aims to investigate that in Japan there is an ethnic group of Korean heritage called *Zainichi*, which belongs to a portion of the Japanese population and faces a harsh living reality due to its ambiguous identity and national affirmation. The present political and diplomatic tensions between North and South Korea and Japan result in the ethnic Koreans' internal division between those who are particularly nationally tied with South Korea and or North Korea and those who have neither related ties, and those who are neither Japanese nationality holders, and their non-peaceful coexistence with right-wing nationalist groups within the Japanese social environment. In the present paper, a qualitative procedural method was carried out, through a case study of the *Zainichi*, in addition to a historical-comparative analysis of the origins of instability in the Far East. To understand how the presence of the *Zainichi* was made possible in Japanese territory the constructivist theory was used. The central hypothesis of this paper is that these instabilities between Japan's historical-political and diplomatic relations with South and North Korea are causally related to Japan's treatment of the *Zainichi* and the problems of national identity that generate a division internal group of this group due to political, cultural and national identification between North Korea and South Korea, whilst also resulting in the prejudice that this group faces in Japanese territory.

Key words: Zainichi. Japan. North Korea. Nationality. Structure. Agency. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Mapa da Península Coreana	16
Mapa 2 –	Mapa das Inv. Jap.: Japão, China e Coréia em 1592	19
Mapa 3 –	Mapa da Expansão Japonesa	25
Gráfico 1 –	População de Coreanos no Japão entre 1910 e 2010	27
Imagem 1 –	Propagando de Integração Imperial Japonesa	48
Imagem 2 –	Zainichis protestam contra as políticas de vistos da RDC	50
Imagem 3 –	Propagando da RPDC com Kim Il Sung	52
Imagem 4 –	Retratos dos Líderes Escola Norte-Coreana no Japão	57
Imagem 5 –	Manifestação da Zaitokukai, Tokyo 2013	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSFA	Comando Supremo das Forças Aliadas.
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
EUA	Estados Unidos da América.
GDC	Guerra da Coreia (1950-1953).]
MEJ	Ministério da Educação do Japão.
OI	Organizações Internacionais (termo geral).
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PASGM	Potências Aliadas da Segunda Guerra Mundial.
RI	Relações Internacionais (campo acadêmico).
RDC	República da Coreia (Coreia do Sul).
RPDC	República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte).
SGM	Segunda Guerra Mundial.
TPSF	Tratado de Paz de São Francisco (Tratado de São Francisco).
TCMSEJ	Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre EUA e o Japão (1952).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problema de Pesquisa	8
1.2 Hipótese	8
1.3 Objetivos	8
1.3.1 Objetivo geral	8
1.3.2 Objetivos específicos.....	9
1.4 Justificativa.....	9
1.5 Metodologia	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Relação Nipo-Coreana Antiga	15
2.2 Relações Feudais	17
2.3 Nova Fase: Expansionismo e Colonização da Península Coreana	20
2.4 Pós-Segunda Guerra Mundial e Identidade	26
2.5 Teoria Referencial da Relações Internacionais	30
3 AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS DA ESTRUTURA E AGENTE: COMPLEMENTARIDADE ENTRE JAPÃO E OS ZAINICHI E AS EXTERNALIDADES	45
3.1 O Japão Pré e Pós-SGM: A Estrutura	45
3.2 A separação das Coreias	48
3.2.1 A Coreia do Sul.....	49
3.2.2 A Coreia do Norte	51
3.3 Os Zainichi e a Bolha Norte-Coreana como a Agência	52
3.4 A Estrutura Japonesa pela influência Norte-Coreana e Zainichi	57
3.4.1 O Nacionalismo Japonês	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

No Japão há um grupo étnico chamado *Zainichi*, onde em sua maioria, seus ancestrais vieram da antiga Coréia unificada para o *país do sol nascente* principalmente durante o período de colonização entre 1910 e 1945. Desde o princípio do século XX até o presente momento, gerações deste grupo tem residido no Japão. Entre o tempo-espaço de 1910 e 1945, marca-se o período de colonização da Península Coreana e o advento de migração de coreanos ao Japão como consequência do avanço imperialista japonês sobre territórios asiáticos na campanha de expansão, aliado a problemas como a falta de mão-de-obra do período, a população étnica coreana elevou-se exponencialmente no território japonês. Mas sua existência não tem sido mais harmoniosa e triunfal com os nacionais no Japão, uma vez que a presença do grupo havia se tornado maior na sociedade local, ou até mesmo com o final da Segunda Guerra Mundial (SGM) e o fim definitivo do regime colonialista imperial.

Tangente ao levantamento do problema, o número expressivo de alguns milhares de cidadãos coreanos pode ser observado. Sob a hierarquia colonial estabelecida, os coreanos étnicos tornaram-se súditos do império japonês com a *de facto* anexação da Península Coreana, em 1910. Outras tentativas haviam sido postas sobre o território coreano anos antes, em virtude do início mútuo de outras campanhas imperialistas internacionais. Décadas depois de 1910, em sequência do avanço imperialista japonês sobre territórios asiáticos na campanha de expansão e junto a falta de mão-de-obra no Japão neste período, elevou-se exponencialmente a população étnica coreana no território japonês. Em 1945, já se somavam cerca de dois milhões de coreanos no Japão.

Com essa população crescente de coreanos étnicos foi buscada uma forma sistemática de fazê-los pertencer ao ambiente que se projetava pelo expansionismo. A ideologia imperial para uma integração formal se intensificou em meados dos anos 1930, e a política japonesa depois procurou assimilar os coreanos. A política de *japonização* atingiu ápice com estabelecimento da ideia de que japoneses e coreanos compartilhavam os mesmos ancestrais, e com a promoção de casamento misto entre coreanos e japoneses. Apesar da nuance positiva, a desigualdade de status e a discriminação social permaneceram, prejudicando a vida da minoria étnica coreana. Em função disto, os coreanos étnicos haviam se tornado cidadãos japoneses, mas

sobretudo, durante domínio colonial nipônico, e ao final perdendo gradualmente seus direitos, incluindo a própria "cidadania imperial" que lhes fora imposta.

1.1 Problema de Pesquisa

A partir da observação das relações entre os Estado-nação da Coréia do Norte, Coréia do Sul e Japão, como se possibilitou a formação estrutural da comunidade étnica coreana *Zainichi* dentro do território japonês, e como uma reação de direita nacionalista japonesa perpetua o problema desta comunidade?

1.2 Hipótese

Este trabalho tem a hipótese de que formação identitária fragmentada dos Zainichi e seus problemas com organismos de direita japoneses é fruto das políticas de mudança que refletem o ambiente de segurança externo do Japão a partir das instabilidades das relações histórico-política e diplomáticas entre as Coreias do Sul e Norte e o Japão; e que estas relações proporcionaram fundamentos para que o grupo de coreanos étnicos Zainichi, pudessem, por fim, permanecer dentro do Japão. Ou seja, é proposto que essas interações têm relação causal com o tratamento que o Japão dá aos Zainichi e com os problemas de identidade nacional que geram uma divisão interna deste grupo por identificação política, cultural e nacional entre a Coréia do Norte e Coréia do Sul, ao passo que também resultam no preconceito que esse grupo tem enfrentado em território japonês.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Descobrir como o grupo da comunidade étnica coreana se estabeleceu em território nipônico, a partir da observação das relações entre os Estados envolvidos. Descobrir também, como existe uma divisão entre o grupo por sua opção de nacionalidade e como isso está também correlacionado com a pressão que o grupo sofre contra a direita nacionalista no Japão.

1.3.2 Objetivos específicos

- Descrever o processo de migração a partir da análise do processo histórico e cultural do povo coreano que os fez chegar ao Japão, de forma que corroborará na explicação acerca da construção da identidade, da construção da comunidade e de seus problemas;
- Analisar o processo de construção da estrutura e agente através de uma perspectiva das Relações Internacionais, fazendo uso analítico dos procedimentos metodológicos; buscar trazer o Construtivismo como embasamento teórico fundamentador deste trabalho; abrangendo os conceitos de cultura, identidade e nação, na medida necessária para a compreensão da pesquisa.
- Identificar o conflito étnico, social, cultural e político entre coreanos e japoneses na dimensão das relações internacionais, especificando as tensões e as contrapartidas promovidas entre Japão e as duas Coréias.

1.4 Justificativa

Um dos objetos centrais de estudo das Relações Internacionais (RI) são os atores, e o principal destes atores é o Estado. Suas interações junto a outros atores fomentam a uma gama de acontecimentos e fenômenos que permeiam a definição das RI. Junto a isso, no sentido da definição do que são as RI, a produção textual acerca dos comportamentos do Estado se fez norte para as teorizações clássicas deste campo de estudos. Contudo, esta linha mainstream da academia de RI pode ter se tornando um maniqueísmo teórico na definição dos atos do Estado. Se o nível de segurança é baixo e Estado age de maneira protetiva, então definimos o realismo teórico como a via correta de explicação. Se a cooperação reina, ou se há interpretação sobre dependência entre os países, então o liberalismo teórico se torna a resposta mais explicativa. Quando somos observados menos capazes de reagir ao ambiente enquanto aqueles que detêm maiores ou melhores possibilidades econômicas e sociais, então o marxismo teórico entra em posição. É assim que me parece que as corriqueiras abordagens têm sido instigadas pela monotonia da academia quanto a observação das interações ao nosso redor.

Da necessidade de aplicar um sentido empírico diferente do mainstream, visa-se outras técnicas de debate mais simpatizante à interpretações epistemológicas acerca da natureza da realidade observada, da realidade internacional. No construtivismo, portanto, se baseia a maneira interpretativa para a resolução da questão-guia deste trabalho. Ao adotar essa abordagem, a trajetória da história coreana dos *Zainichi* pode ser analisada por uma perspectiva internacional diferente, dentro de uma dimensão sóciocognitiva. Este trabalho justificará sua importância e relevância, pois há pouca literatura existente no campo das RI que explora o papel dos *Zainichi*.

Ademais, nota-se a carência de literatura nacional brasileira que trata do mesmo debate sobre nacionalidade e migrações correlacionados ao caso dos *Zainichi*. A menção dos *Zainichi* é sim presente no meio acadêmico nacional. Mas, contudo, direcionada para outro tipo de exploração, voltada ao aprimoramento da contribuição cultural desse grupo comunitário. Por exemplo, é notável a abordagem dos *Zainichi* pelo departamento de Letras da Universidade de Brasília –UnB, onde o estudo aparece sobre a ótica da especialização em língua japonesa (SILVA, 2011). Ou de Sociologia, como o da Universidade de São Paulo –USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020), onde o estudo é considerado voltado mais às relações migratórias entre Brasil e Japão e o movimento decasségui¹.

Dentro da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, o tema sobre migrações é frequentemente abordado, com destaque para os trabalhos realizados pelos departamentos de Departamento de Ciências Econômicas e Departamento de Direito com o foco nos movimentos de migração para o Brasil. Incluindo-se a contribuição, a UNISC abriga o Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes - GTARI e o Núcleo de Ação Comunitária - NAC, como espaços especializados em tratativas sobre migrantes e migrações, cobrindo desde ajuda, suporte e pesquisa sobre, e com, imigrantes no território nacional (GTARI, 2020; NAC, 2020) .

Este trabalho busca ser uma nova possibilidade de perspectiva acerca de migrações e uma diferente contribuição com o estudo sobre a comunidade *Zainichi*, sobre o plano de fundo da migração, contribuindo mais aos estudos internacionais.

¹ Decasségui ("Dekasegi", 出稼ぎ) termo incorporado à língua portuguesa, lit. "sair" e "juntar dinheiro". Significando: "aquele que se fixa, mesmo temporariamente, no Japão, para trabalhar freq. como mão de obra direta" (HOUAISS, 2001). Refere-se principalmente à população brasileira, descendente de japoneses, devido ao fluxo migratório entre os dois países, especialmente nas décadas de 1970 e 1980.

Também, como uma diferente perspectiva para a compreensão de como os Estados tem se comportado frente ao universo internacional, sobretudo, contemporaneamente. Os *Zainichi* instigam particularmente interesse em um aspecto macro e internacional, que influencia em um micro e social. O termo *Zainichi* implica a manutenção da nacionalidade coreana por parte das pessoas do grupo e, que, estas vivem no Japão como residentes permanentes "especiais" – uma categoria diferente da categoria "geral" de residentes. Deste modo, a pesquisa sobre a historicidade do colonialismo japonês é intrínseca à explicação das afirmações contidas neste trabalho.

1.5 Metodologia

Para examinar, compreender e responder como as relações entre os Estados no nordeste asiático possibilitou a formação da comunidade coreana e uma reação nacionalista no Japão, o método aplicado nesta pesquisa é o qualitativo, entre outros instrumentos relevantes como a hermenêutica e a pesquisa descritiva, para a identificação dos pormenores entre as relações da Coreia do Norte, do Sul e Japão, um cenário macro envolvendo outras nações e suas possíveis resoluções para assim, responder a pergunta-chave deste trabalho.

De acordo com a perspectiva base em Robert Yin (2001, 2016), com a ajuda de instrumental de Bennet (2004), Ragin (1994) e Poupart *et al* (2012), o método de pesquisa qualitativo é um campo multifacetado de investigação, diferenciado por distintas direções e metodologias, que, em seu cerne, permitem realizar uma investigação científica aprofundada de uma variedade de temas relacionados à realidade singular ou a múltiplas realidades, capturando o significado de fenômenos subjetivos na perspectiva dos participantes do estudo (YIN, 2016). Da mesma forma, segundo Ragin, o método qualitativo permite, quando este exige mais detalhes, um exame em profundidade aliado a investigação de fenômenos significativos da história e cultura (RAGIN, 1994).

Portanto, para abarcar a multiplicidade dos objetos pesquisados, a pesquisa qualitativa não segue um modelo único, existindo uma diversidade e riqueza de abordagens, técnicas de coleta de dados e modelos de análises, que podem variar conforme o objetivo da investigação, ou ainda, sobre a posição epistemológica e teórica do pesquisador de dado tema específico (POUPART *et al*, 2012). Nesse

sentido, a partir da abertura proporcionada pela metodologia da pesquisa qualitativa, iremos abranger outros métodos secundários que, de igual forma como a base principal, são de extrema importância para alcançarmos os objetivos descritos nos itens superiores ao deste preâmbulo metodológico. Para tanto, após ainda uma breve descrição textual, constarão os demais itens mencionados como métodos secundários ao final desta subdivisão da introdução monografia. Adentrando nesse sentido, como metodologia secundária, o estudo de caso também é trabalhado por Robert Yin (2001), em seu livro *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos*, onde:

[...] Os estudos de caso são a estratégia preferida quando questões “ como “ e “ porquê “ estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real. Tais estudos de casos “ explanatórios “ também podem ser complementados por outros dois tipos – estudos de caso “ exploratório “ e “ descritivo “. Independentemente do tipo de estudo de caso, os investigadores devem exercer grande cuidado ao planear e fazer estudos de casos para ultrapassar o tradicional criticismo do método (YIN, 2001, p. 10).

Abrangendo mais ainda, relacionando à área das RI, nos autores Sprinz e Wolinsky-Nahmias (2004), é possível encontrar detalhes igualmente mais breves sobre a tipificação do estudo de caso. Para ambos “um estudo de caso é, assim, um aspecto bem definido de um acontecimento histórico” - tal como estamos pretendendo observar com o caso dos *Zainichi* - “que o investigador seleciona para análise, ao invés de um acontecimento histórico em si” (SPRINZ; WOLINSKY-NAHMIA, 2004, p. 20-21). Ainda segundo Bennett, o estudo de caso refere-se à análise interna de situações específicas, de comparações entre um pequeno número de casos e, lidam com aspectos bem definidos de um acontecimento histórico selecionado para investigação (BENNETT, 2004, p. 19-21). Embora os estudos de caso tenham limitações potenciais, eles permitem o alcance de altos níveis de validação e o uso de formulações genéricas contingentes a fim de modelar relações complexas, e ainda assim, é possível buscar a geração de novas hipóteses indutivamente e o teste de teorias que visam explicar apuradamente processos e resultados de casos particulares (BENNETT, 2004, p. 19-21).

Em Fabiano Raupp e Ilse Beuren (2006), a *pesquisa descritiva* é exposta como uma fase intermediária entre os estudos ambos *exploratório* e *explicativo*. Por não ser “[...] tão preliminar quanta primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar e comparar entre outros aspectos” (RAUPP; BEUREN, 2006). De acordo com os autores, a pesquisa pode auxiliar no

estudo sobre populações como objeto de estudo, para então compreender os fenômenos físicos e humanos, conquanto que forem aplicadas técnicas específicas para que a pesquisa não delimite mais próxima da *exploratória* do que da *descritiva*.

Entretanto, segundo Triviños (1987), o estudo descritivo exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir validade científica à pesquisa. A população [...] também devem ser delimitadas, assim como os objetivos, os termos, as variáveis, as hipóteses e as questões de pesquisa. (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 81).

Para proporcionar desenvolvimento à pesquisa será feita uma contextualização histórica para posicionar e organizar os próximos passos; após, buscaremos levantar a teoria que sustenta a observação dos fatos como epistemologia se encaixa mais corretamente para a determinante textual do trabalho; depois, busca-se discorrer sobre os atores e suas interações; e finalmente, analisando as informações, cruzando dados aos fatos com as teorias das RI realiza-se de uma conclusão. Não obstante, o método construtivista – que seguirá no próximo capítulo – como epistemologia se encaixa, assim como a análise qualitativa, mais corretamente para a determinante textual do trabalho. É, então, a metodologia, com a qual se visa atender aos objetivos deste trabalho, constituída pelos seguintes métodos e técnicas associados:

I - Método de Abordagem

O método de abordagem será o qualitativo para a realização de estudo de caso, mediante o qual serão produzidas as informações para desenvolvimento do seu objeto, para a elaboração de conceitos e categorias, empregando a análise de multitextualidade para chegar a uma abordagem e descrição do caso analisado.

II - Método Procedimental

A metodologia procedimental será desenvolvida com o emprego dos métodos histórico-comparativo e hermenêutica textual associados ao método construtivista de Relações Internacionais, por meio dos quais, serão analisados os fatos históricos para se delinear as causas do fenômeno abordado pela questão de pesquisa, à luz das diversas considerações e reflexões teóricas e informações documentadas nos diplomas legais internacionais. Veremos também através da metodologia construtivista o entendimento e a formação das instituições segunda a perspectiva própria das RI a partir deste paradigma das ciências sociais.

III - Técnicas de Pesquisa

As informações para esta proposta de trabalho serão resultantes dos expedientes de pesquisa bibliográfica. Os materiais-fonte serão compostos majoritariamente de monografias e artigos acadêmicos com pesquisa feita em bases como a da agencia federal de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos CAPES), a biblioteca eletrônica científica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e acervos outros tais como bibliotecas analógicas e virtuais, websites – sobretudo aqueles relacionados às instituições do Japão e Coréia do Norte e Coréia do Sul e da Organização das Nações Unidas.

Neste sentido, as técnicas de pesquisa empregadas no desenvolvimento do tema proposto, que será abordado nesta monografia final, são aqueles atinentes à metodologia de pesquisas bibliográfica, que compreende os seguintes expedientes:

a) Coleta de dados: busca metodológica de bibliografia, documentos em acervos públicos (Bibliotecas, Acervos Privados, Sites entre outros);

b) Organização e disposição dos dados bibliográficos: seleção dos dados através de catalogação e fichamento bibliográficos, orientados pelos objetivos de pesquisa acima expostos;

c) Análise e interpretação: Avaliação das informações obtidas por intermédio da pesquisa, *i.e.*, análise e interpretação dos eventos históricos, sociais e culturais, seguidos de procedimentos de composição textual argumentativa e descritiva. Realização da primeira redação (provisória);

d) Redação: organização textual das informações sob a forma literária da monografia segundo as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No mesmo sentido de cumprir a metodologia proposta já desde a introdução neste trabalho, a partir de aqui apresentar-se-á categorias fundamentais pertinentes ao objeto de estudo. Em primeiro lugar, faz-se o input de ideias com a contextualização histórica para apresentar os agentes como sendo elementos do resultado esperado nas partes seguintes. Em segundo lugar, concomitantemente conferem-se conceitos e teoria da esfera histórica das RI para a análise.

2.1 Relação Nipo-Coreana Antiga

A Península Coreana ou Península da Coréia, ou somente Coréia, é uma faixa territorial na extremidade da Ásia Oriental, estendendo-se por cerca de 1.100 km até o Oceano Pacífico. Ela é cercada pelos mares do Japão ao leste, pelo Mar da China Oriental ao sul e pelo Mar Amarelo ao oeste. O território, que hoje é dividido², correspondeu por muitos séculos, e entre tantas unificações, como uma única entidade política cujo território era, em geral, o mesmo da península hoje.

² Referindo-se a Coréia do Norte e do Sul e sua divisão em 1945. É dividida em duas metades: o norte é ocupado pela República Popular Democrática da Coréia (ou, Coréia do Norte); no sul, ocupado pela República da Coréia (ou, Coréia do Sul). As denominações "Península da Coréia" ou "Coréia" no singular, são às vezes usadas para se referir simultaneamente aos dois países então divididos. Até antes do final da Segunda Guerra Mundial, o território foi alguns séculos, até o último reino de Joseon, uma única unidade política cujo território era grosseiramente o mesmo hoje.

Mapa 1 – Mapa da Península Coreana



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2008.

Pelos registros e estudos históricos as relações entre os povos estudados já datavam cerca de séculos atrás. Conforme Chizuko Allen (2008) e Gina Barnes (1997) - ambas especialistas em História, RI e Arqueologia respectivamente - houve uma invasão de súditos do Reino de Baekje e da Confederação de Gaya (reinos dentro da Coreia do período chamado Três Reinos, circa 57 a.C. - 668 d.C.) ao Governo de Wa (Japão durante período Kofun, circa 250-710 d.C.) no século IV, por volta de 346 d.C. Uma aliança entre os mesmos Baekje e Gaya com o Governo de Yamato (Japão no período Kofun-Yamato, circa 300-710 d.C.) e uma rivalidade de Yamato com os reinos coreanos de Gugoryeo e Silla no século V, circa 404 d.C. (ALLEN, 2008; BARNES, 1997). A interação é tão compreendida como intensa que, por diversas vezes se

observa o envio de emissários e "diplomatas" às cortes para negociações e acordos de paz, inclusive já entre os reinos coreanos e japoneses com o reino das ilhas Ryukyu – mais tarde, Okinawa dos sécs. XIX - XX (BARNES, 1997).

Acresce que, no recorte deste período as relações com os múltiplos reinos próximos, da China, Coréia e Japão já eram frequentes e que já havia estabelecendo-se noção de que, para seu reconhecimento próprio e mútuo, a manutenção dessas relações era importante. Da mesma forma, é importante frisar que apesar das interações terem sido marcadas por conflitos territoriais em busca de poder ou unificação de povos, assim como historicamente em outros continentes e outras épocas, grandes benefícios e desenvolvimentos culturais foram alcançados a partir desta interação internacional mais breve e primária entre essas nações-reino. Credita-se que a propagação da religião do Budismo e os amplos conhecimentos sobre técnicas agrícolas, linguística e técnicas artesanais no Leste Asiático é dada a partir destas interações deste eixo sino-nipo-coreano (BARNES, 1995; BOWRING, 2005). O Budismo teria chegado até o Japão, passando pela China e depois via Coréia até o destino, no século VI, em 550 d.C., na Era Clássica japonesa, bem como assim os adventos da escrita e leitura, e surgimento de uma aristocracia japonesa e o desenvolvimento do sistema de castas e filosofia confucionista e taoísta (BARNES, 1995; BOWRING, 2005).

O estudo destas características nos diz tão mais sobre como o Japão seguiu sua linha de estabelecimento monárquico e formação de uma unidade política a partir de influências do exterior, quanto nos diz sobre a Coréia e o seu papel de pivô para a formação do Japão. Também é importante frisar que apesar das interações terem sido marcadas por conflitos territoriais em busca de poder e ou unificação de povos assim como historicamente em outros continentes e épocas, grandes benefícios e desenvolvimentos culturais foram alcançados a partir desta interação, internacional, da época antiga entre essas nações-reino.

2.2 Relações Feudais

Salienta-se ainda que, no período Joseon (1396-1897 d.C.), observa-se que o Japão em sua fase feudal demonstrou corriqueiro interessado na Península, explicitamente pela sua intenção de dominá-la. Nesse sentido, invadiu-a duas vezes (REPUBLIC OF KOREA, c2013; TURNBULL, 2008) enquanto os militares haviam

dominado a esfera política-governamental que regeu o país durante muito tempo. As invasões embora conectadas, se deram em distintas instâncias, iniciando em 1592, havendo um período de pausa e armistício em 1596, mas depois sendo retomada mais uma vez com a invasão de 1597 (TURNBULL, 2008). As invasões neste recorte foram encomendadas por um dos proeminentes líderes militares japoneses, o *daimyo*³ Toyotomi Hideyoshi (1537 – 1598 d.C.), que esboçava o desejo de conquistar a Península, e mais ainda de conquistar a China, em suas campanhas militares. Entretanto, Hideyoshi falhou ambas as tentativas (TURNBULL, 2008).

Com isso, marca-se o início das atividades feudais em relação ao destaque das atividades japonesas em direção para a Península, tal como a correlação do Japão e sua orientação expansionista. Nesta conjuntura, ao mesmo período, o Japão passava por mais uma guerra que buscava unificação e controle político dos diversos feudos ali presentes, e assim a concentração de interesses e a interação com a Coréia teve seus altos e baixos em determinados períodos dentro desta fase feudal. Portanto, antes de tudo, a Península também se constituiu num conjunto de reinos e confederações que estavam em constante conflito de poder e dominação. Estas interações ultimamente resultaram na unificação do território no chamado Reino de Joseon⁴, com a ascensão da dinastia no ano de 1392 d.C. (REPUBLIC OF KOREA, c2013) – anterior às invasões. E é a partir desse levantamento que inferimos que as influências japonesas, suas campanhas militares, sua projeção e sua compreensão da Península advêm principalmente deste período, com a Dinastia Joseon. O futuro histórico que também será esboçado neste trabalho é pautado principalmente posterior esta relação nipo-coreana.

³ *Daimyo* (大名), lit. jap. “grande terra privada”, foram os senhores feudais regionais do Japão que detinham grande concentração de poder político e militar, governando os territórios, herdados hereditariamente, de seu país por meios militares. Os *Daimyo* eram tecnicamente subordinados aos *Shoguns* (lit. jap. “governante militar”) e Imperadores, embora a História japonesa não seja fiel a essa regra.

⁴ *Choson*, ou *Joseon* (朝鮮), significando “manhã calma/sol da manhã”. É o nome dado à Península Coreana, representando a unidade político-social e os indivíduos étnicos coreanos, até o ano de 1897, quando a nação foi renomeada pelo então formado Império, de *Daehan Jeguk* (大韓帝國) literalmente “Grande Império Han”. Em 1910 quando o Império sucumbiu ao colonialismo nipônico, o nome *Joseon* foi reativado, culminando o termo como a representação linguística do povo da Coréia. Por isto, *Chosenjin*, *Joseonjin*, em japonês.

Mapa 2 – Mapa das Invasões Japonesas: Japão, China e Coréia em 1592



Fonte: TURNBULL, 2008, p. 12.

Na sequência, o Japão seria unificado sobre outro e último período feudal, chamado Shogunato Tokugawa, após o então daimyo Ieyasu Tokugawa (1543-1616 d.C.) vencer a batalha de Sekigahara em 1600 d.C. Esse período pode ser interpretado também como uma linhagem dinástica, já que, os sucessores governantes japoneses pertenciam à mesma família, perdurando desde a Batalha de Sekigahara em 1600 até a Restauração Meiji em 1868. Tendo o Shogunato Tokugawa se estabelecido, o Japão então entraria em um período marcado por uma política externa isolacionista, “fechando” suas portas e limitando severamente as relações e comércio com estrangeiros. Essa era uma forma de controle e manutenção da ordem sobre todos os daimyo e seus territórios e, sobretudo, para reaver a paz, passados os séculos de guerras civis (KENNEDY, 1964; RIBEIRO et al, 2007).

Nesse sentido, é possível dialogar que um momento de paz que perdurou sobre o governo da família Tokugawa, onde houve um distinto desenvolvimento endógeno nas camadas da sociedade – mas, contudo, sabendo-se que dentro deste mesmo período foram lançadas as tentativas de invasão à Ryukyu. Com o isolacionismo, a projeção internacional japonesa diminuiu e deixou de ter uma postura mais contundente quanto a Península Coreana. O sistema de isolamento iniciou queda em 1854 d.C., quando as forças imperialistas buscavam tomar – ou retomar – o poder do Shogunato, com as pressões externas exercidas pelas potências europeias e americana, vindo a terminar com cerca de 220 anos de relativa paz. Dito isto, uma nova guerra civil aflorou e o regime baseado em líderes militares terminou, e em 1868 o Imperador Meiji (1852-1912 d.C.) toma o poder (KENNEDY, 1964; RIBEIRO et al, 2007).

Uma nova onda de interesses se projeta sobre a Coréia com a Era Meiji, como forma de recompensar o tempo que o Japão havia estado em reclusão e a atual posição de “atraso” em que se via diante das potências industriais imperialistas. Fora se estabelecendo que era importante reformar as estruturas comerciais e as estratégias de interação internacional, que agora partilhavam os outros Estados. Dentro de uma nova perspectiva, que antes era mercantilista, para uma agora capitalista, em que se encontrava a economia mundial com a Revolução Industrial. E para modernizar buscou-se seguir o exemplo de padrão das potências ocidentais: reformar e desenvolver as estruturas sociais e industriais; constituir novos territórios; expandir e explorar. Com o fim da fase feudal do Japão, veio também o início da exploração da Coréia.

2.3 Nova Fase: Expansionismo e Colonização da Península Coreana

Sobre as intenções coloniais e expansionistas e sobre as projeções futuristas do arquipélago nipônico nos séculos XX e XXI, Magnoli (2004) se apresenta sucinto em seu texto. Mas em relação aos dados e fatos históricos, em seu texto de cunho didático, os argumentos são muito rasos e pouco explorados para levantar uma busca minuciosa para explanar a construção do Estado japonês. Para isso se usam em seguida as palavras de Kissinger (2011). Embora, em relação a Magnoli, é possível se fazer utilizar da metodologia didática para colaborar em um plano diferente ao enxergar as relações do Japão à Bacia do Pacífico, como o mapa demonstrativo da

Expansão Japonesa, que se ilustra a seguir. No mapa podemos observar a projeção do país e a sua proximidade com as outras nações vizinhas e o como estas se dão ao decorrer do século XIX e XX.

Henry Kissinger em seu livro *On China* (KISSINGER, 2011), traz enfoques específicos sobre os diversos períodos e governos do Estado Chinês, contando com minuciosos detalhes e dados históricos sua evolução, e juntando suas memórias de seus encontros com figuras importantes da história. Na bagagem traz também diversos detalhes sobre os acontecimentos entre o Japão e sua vizinhança, China, Coreia e Rússia, no período proposto que responde o questionamento deste trabalho ao entendimento do Estado japonês colonialista. Com base em Kissinger, dar-se-á o enfoque alinhado aos detalhes históricos de maior abrangência ao recorte do período do século XIX no momento expansionista com a colonização iminente da Península.

Das relações entre China e Japão, o Japão aproveitou algumas oportunidades de lançar sua política de expansão ao passo da reconstrução no período pós-Reforma Meiji, iniciando os projetos de colonização da China (Taiwan e Manchúria) e da Coréia. Kissinger admite que o Japão não teve o mesmo tipo de iniciativa cooperativa com a China e Coréia que as potências ocidentais tiveram – mesmo que no início as potências europeias, americana e russa, ainda tivessem uma mesma aspiração colonialista que o Japão acabara tendo. Estas potências optaram por meios mais “pacíficos”, mas mais incisivos e comercialistas sobre o território chinês, pois assim seu “lucro” era maximizado (KISSINGER, 2011).

[...] O Japão, por contraste, não tinha nenhum interesse demonstrado quanto a sobrevivência das instituições antigas da China, ou a ordem de um mundo Sinocêntrico. Do Leste, não parte somente para ocupar porções significantes do território chinês, mas para fazer de Beijing um centro de uma nova ordem internacional Leste asiática (KISSINGER, 2011, p.79, tradução livre do autor)⁵.

As divergências entre China e Japão iniciaram com um conflito em 1874. Ao final do mesmo ano o Japão já havia ocupado e incorporado ao seu território o reino das Ilhas Ryukyu (Okinawa) e lembrando que agora passava de uma sociedade feudal para um moderno Estado industrial (KISSINGER, 2011).

⁵ [...] Japan, by contrast, had no vested interest in the survival of China's ancient institutions or the Sinocentric world order. From the east it set out not only to occupy significant portions of Chinese territory, but to supplant Beijing as the center of a new East Asian international order.

A ocasião da crise de 1874 foi um naufrágio de uma tripulação das Ilhas Ryukyu, na costa sudeste de Taiwan, e o assassinato de marinheiros por uma tribo de Taiwan. Quando a parte do Japão exigiu uma severa indenização, Beijing respondeu inicialmente que não tinha jurisdição sobre tribos não-Sinicizadas. Na visão tradicional chinesa, isso tinha uma certa lógica: "bárbaros" não eram responsabilidade de Beijing. Visto em termos jurídicos e políticos internacionais modernos, foi quase certamente um erro de cálculo, uma vez que indicava que a China não exercia plena autoridade sobre Taiwan. O Japão respondeu com uma expedição punitiva contra a ilha, que as autoridades de Império Qing se mostraram impotentes para impedir. Tokyo então prevaleceu em Beijing para pagar uma indenização, o que foi chamado de "uma transação que realmente selou o destino da China, anunciando ao mundo que aqui havia um rico Império que estava pronto para pagar, mas não pronto para lutar". O que tornou a crise ainda mais prejudicial para a China foi que, até aquele momento, Beijing e Tokyo haviam estabelecido reivindicar as Ilhas Ryukyu como um Estado de tributo. Após a crise, as ilhas ficaram sob o domínio do Japão. (KISSINGER, 2011, p.79, tradução livre do autor)⁶.

E então os dois voltam-se para a Coreia, em próximo. Os impérios cercanos haviam todos esses, estipulado planos para realizar uma ação em direção a Península Coreana. Por séculos o Império chinês havia estabelecido uma relação tributária com os reinos dinásticos de Joseon. Pelo século XIX os reis de Joseon já haviam se acomodado ao *status quo*, e permaneciam enviando tributos para Beijing. A Coreia já havia adotado fundamentos culturais chineses, como a escrita em caracteres e o confucionismo, e em contrapartida, a China estava interessada nos desenvolvimentos coreanos já que considerava possível, por questões geográficas, se tornar um corredor pelo qual uma invasão à China, poderia acontecer. O intercâmbio entre as duas nações estava então estabelecido. Logo, o Japão também havia se interessado (KISSINGER, 2011).

O Japão também projetou com a mesma preocupação geográfica em relação a Coreia, pois acreditava que se tornaria uma ameaça estratégica caso caísse em mãos invasoras e virasse uma ponte para uma invasão ao arquipélago japonês via Península. Franceses e americanos já haviam tentado sobrepor o território em 1866

⁶ The occasion of the 1874 crisis was a shipwreck of a Ryukyu Islands crew on the far southeast coast of Taiwan, and the murder of the sailors by a Taiwanese tribe. When Japan demanded a harsh indemnity, Beijing initially responded that it had no jurisdiction over un-Sinicized tribes. In the traditional Chinese view, this had a certain logic: "barbarians" were not Beijing's responsibility. Seen in modern international legal and political terms, it was almost certainly a miscalculation, since it signaled that China did not exert full authority over Taiwan. Japan responded with a punitive expedition against the island, which Qing authorities proved powerless to stop. Tokyo then prevailed on Beijing to pay an indemnity, which one contemporary observer called "a transaction which really sealed the fate of China, in advertising to the world that here was a rich Empire which was ready to pay, but not ready to fight." (Alexander Michie, *An Englishman in China During the Victorian Era*, vol. 2 [London: William Blackwood & Sons, 1900], 256.) What made the crisis additionally damaging to China was that until that point, both Beijing and Tokyo had laid claim to the Ryukyu Islands as a tribute state; after the crisis, the islands fell under Japan's sway.

e 1871. Os japoneses tentaram contato para estabelecer uma linha de comunicação em busca de reconhecimento para seu novo governo estabelecido em 1868, mas sem obter reciprocidade de Joseon. Em 1875 os japoneses voltaram e dessa vez foram recebidos por artilharia. Rapidamente os japoneses se viram confrontando e logo sobrepujando os soldados coreanos, adentrando em seu território. Em seguida a marinha japonesa bloqueou as vias marítimas do local hostil e provocaria a resultante assinatura do Tratado de Ganghwa (ou, Tratado de Amizade Japão-Coréia) de 1876, que abriria a península coreana aos japoneses e ao comércio estrangeiro, também exigia o fim do regime de país tributário da China.

De repente o Reino de Joseon se via buscando autonomia frente aos seus possíveis invasores e como forma de manifestação de soberania estabeleceria pactos e tratados, comércio e trocas tecnológicas com as forças estrangeiras. Em 1882 e 1884, uma insurgência contra os residentes japoneses e uma tentativa de golpe de estado controlado pelas forças chinesas em Seoul respectivamente, fizeram os dois reinos confirmarem os Tratados de Chemulpo em 1882, e Hanseong 1885 respectivamente, restabelecendo a via diplomática entre Japão e Coréia, mas concedendo vantagens estratégicas maiores ao Império do Japão.

O Império chinês de Qing (1636-1912 d.C.), não vendo positivamente a situação, tentaria reiterar sua influência sobre os assuntos de Joseon. Logo, entre 1894 e 1895, a Primeira Guerra Sino-Japonesa aconteceu.

Agora, com a influência imperial chinesa diminuindo, o Japão procurou garantir uma posição dominante na Península Coreana e começou a afirmar suas próprias reivindicações econômicas e políticas. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, China e Japão envolvidos em uma série de intrigas judiciais em Seoul, brigam por predominância entre facções da realeza coreana [...] inevitavelmente, as reivindicações chinesas e japonesas de um relacionamento especial com a Coréia se tornaram incompatíveis. Em 1894, o Japão e a China enviaram tropas em resposta a uma rebelião coreana. O Japão finalmente capturou o rei coreano e instalou um governo pró-japonês. Nacionalistas em Beijing e Tokyo pediram guerra; somente o Japão, no entanto, teve o benefício de uma força naval moderna, embora tendo sido solicitados fundos inicialmente para a modernização da marinha chinesa para melhorias no Palácio de Verão. Poucas horas após o início da guerra, o Japão destruiu as forças navais mal financiadas da China, a ostensiva conquista de décadas de auto fortalecimento (KISSINGER, 2011, p.81, tradução livre do autor)⁷.

⁷ Now with Chinese imperial influence waning, Japan sought to secure a dominant position on the Korean Peninsula and began asserting its own economic and political claims. Throughout the 1870s and 1880s, China and Japan engaged in a series of court intrigues in Seoul, sparring for predominance amongst royal factions [...] Inevitably Chinese and Japanese claims to a special relationship with Korea grew incompatible. In 1894, both Japan and China dispatched troops in response to a Korean rebellion. Japan eventually seized the Korean King and installed a pro-Japanese government. Nationalists in both

Em 1894 uma crise se instaura entre China e Japão e o resultado final observado em 1895 é a assinatura do Tratado de Shimonoseki que prevê a rendição de Qing, bem como reparações de guerra, a cessão dos territórios da Península de Liaodong (Manchúria) ao norte da China (que fora devolvida por uma troca financeira), e as Ilha de Taiwan e Penghu, a retirada da vassalagem do Império Qing sobre Joseon. O Japão havia vencido o conflito e ganharia sua oportunidade de agir em direção ao centro do continente asiático uma vez que agora a Península Coreana havia sido transferida para sua esfera de influência. Embora as tensões com a Rússia ameaçassem esta influência. A concessão de territórios chineses como forma de pagamento as relações não-amistosas com o Japão, lhe custaram futuramente o preço da invasão japonesa, primeiro pela Manchúria e depois adentro do território chinês, sendo somente devolvidos ao final da SGM, no *aftermath* de 1945 (KISSINGER, 2011).

Entretanto, a Rússia havia conseguido exercer influência sobre o então formado Império Coreano de 1897 (1897-1910 d.C.), e retido o seu imperador sobre sua “tutela”, sendo incapaz de se reaver distante de uma posição de domínio da Coreia. Ao mesmo tempo havia concessionado do falido governo Qing as terras chinesas de Liaodong, recém devolvidas pelos japoneses. Isso enfureceu o Japão, e trouxe os dois a Guerra Russo-Japonesa, em 1904 a 1905. O Japão mais uma vez sairia vitorioso, mas acabaria de uma vez com possibilidade de outra potência tomar a Coréia e a Manchúria, pelo Tratado de Portsmouth em 1905. No final do ano de 1905 o Tratado de Eulsa foi “forçadamente” assinado, e a Coréia se transformou em Protetorado do Japão, subtraindo-se sua soberania diplomática e iniciando a colonização.

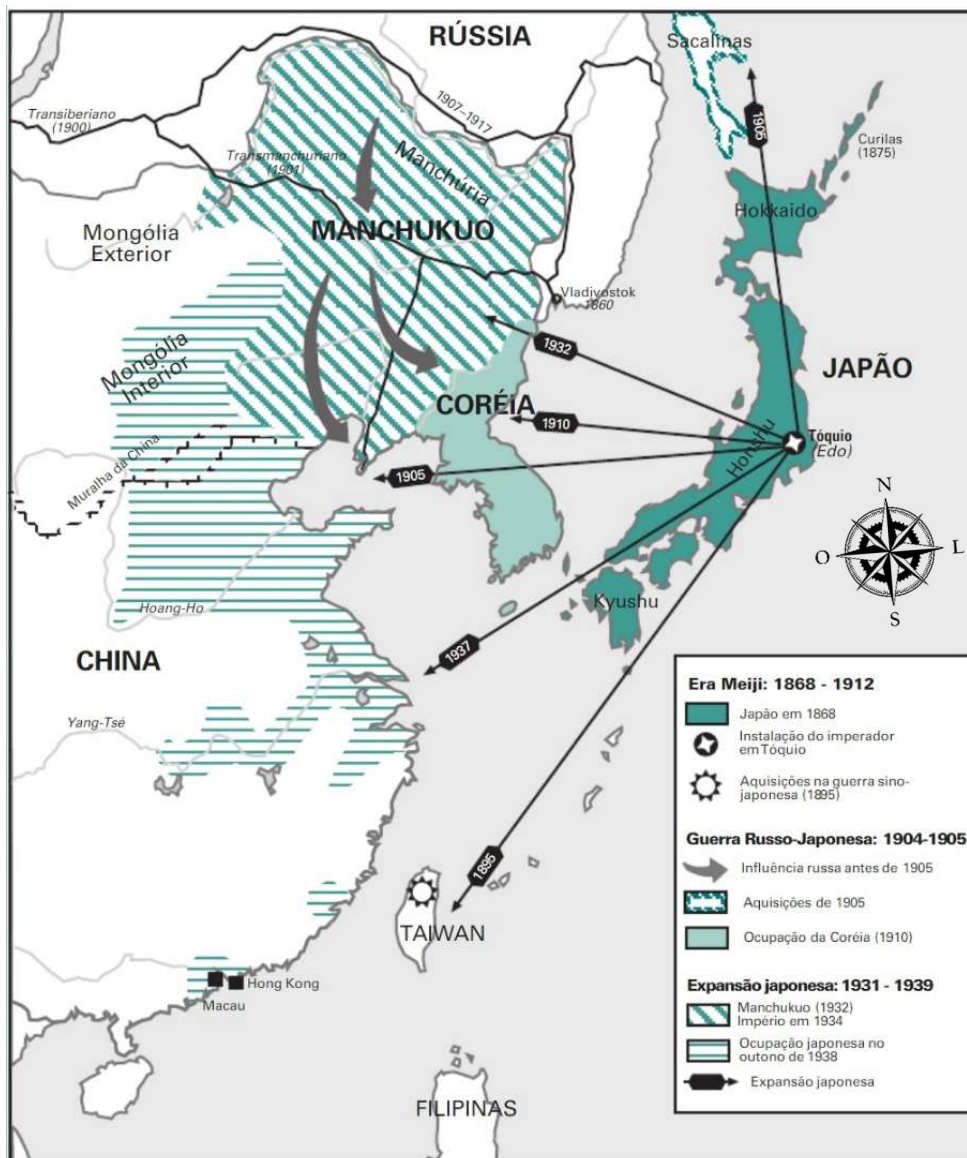
Efetivamente, a colonização fora estabelecida a partir de mais um e o último tratado, o Tratado de Anexação de 1910. A partir de então a Península Coreana foi governada pelo Governo-Geral de Chosen⁸ (KISSINGER, 2011). A partir de 1910 até 1945, entre o início e fim das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a relação de

Beijing and Tokyo called for war; only Japan, however, had the benefit of a modern naval force, funds initially levied for the modernization of the Chinese navy having been requisitioned for improvements to the Summer Palace. Within hours of the outbreak of war, Japan destroyed China's poorly funded naval forces, the ostensible achievement of decades of self-strengthening.

⁸ Governo-Geral da Coréia ou *Chōsen Sōtoku* (朝鮮總督), era o estabelecimento “provincial” do Império do Japão, governando a Península Coreana.

dependência da Coreia fica evidente. Das suas colônias o Japão se utilizou de todos os recursos possíveis, inclusive o *recurso humano*.

Mapa 3 – Mapa da Expansão Japonesa



Fonte: DUBY, 1997, apud MAGNOLI, 2004, p. 255.

2.4 Pós-Segunda Guerra Mundial e Identidade

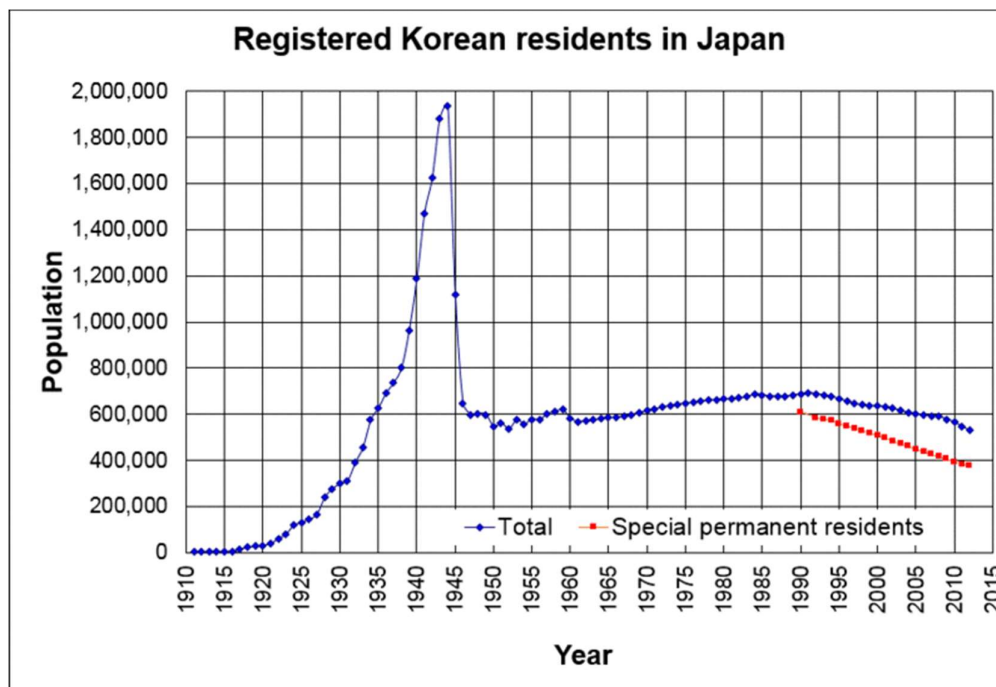
Com o término da SGM, haviam cerca de estimados 2 milhões⁹ (MINDAN, 2020) de coreanos morando no Japão. Este número é um consenso entre pesquisadores que obtiveram dados do governo do Japão, bem como em outras organizações relacionadas (CAPRIO; JIA, 2009; CHUNG, 2010; KIM, 2015; KYOUNGHWA, 2019; LIE, 2009; MORRIS-SUZUKI, 2009; RYANG; LIE, 2009; RYANG, 2000; STRAUSZ, 2019). De acordo com Sonia Ryang (2000), a maioria se deve pela conscrição à trabalhos forçados em fábricas no Japão ou em territórios extra marinhos espalhados entre as outras colônias, ou sob regime de alistamento compulsório no Exército Imperial Japonês, participando dos fronts no Pacífico e em operações na Manchúria.

O programa oficial de repatriamento do Comando Supremo das Forças Aliadas (CSFA)¹⁰ começou em dezembro de 1945, quando dezenas de milhares de coreanos já haviam convergido aos portos do sul do Japão para aguardar o transporte de volta a sua nação. No final de 1945, mais de 1,3 milhões haviam retornado para casa (TAKEMAE *et al*, 2002). No entanto, final de 1946 a taxa de repatriamento coreano havia diminuído consideravelmente, enquanto o número de pessoas migrando ilegalmente para o Japão, a partir da Coreia, estava aumentando rapidamente. Coreanos retornantes enfrentaram uma dura realidade em seu país de origem, descobrindo uma situação em que aqueles que estavam colaboraram com os japoneses, ou os próprios japoneses que haviam permanecido, permaneceram em posições-chave, e que os cidadãos coreanos tinham menos liberdade abaixo do paralelo 38 agora, do que possuíam enquanto estavam no Japão do pós-guerra. Nem todos os coreanos retornaram. As circunstâncias políticas e econômicas do pós-guerra desencorajaram um estimado de 600.000 coreanos no Japão de repatriar-se. Um número indeterminável de coreanos clandestinamente retornou para o Japão após terem retornado para Coreia.

⁹ Cerca de 1.936.843 coreanos estavam em solo japonês em 1944, conforme dados demonstrados pela Mindan, na plataforma virtual da instituição, em 25 de maio 2020 (MINDAN, 2020).

¹⁰ Conjunto de forças vencedoras na Segunda Guerra que governou e reorganizou o espaço territorial, político, econômico e social do Japão a partir de sua rendição e durante o período da Ocupação do Japão (1945–52), até quando o Tratado de São Francisco foi ratificado. O CSFA é comumente interpretado como sendo as forças estadunidenses, uma vez que estas tiveram maior presença na organização da Ocupação.

Gráfico 1 – População de Coreanos no Japão entre 1910 e 2015



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2013.

No gráfico acima, vê-se a representação da população étnica coreana no Japão durante os períodos já mencionados, onde nos subcapítulos anteriores falamos sobre a conquista e colonização japonesa. Durante e até 1945 é observável uma elevação da população, chegando em 2 milhões de indivíduos – aqui não se poderia falar habitantes ou moradores, pois com a ideia de “habitar” convém-se que haveria um período de anterioridade, de pertencimento por ancestrais de um indivíduo, bem como a apreciação de viver neste certo dado lugar. Posterior ao ano de 1945, inicia-se o processo de desvinculação da comunidade *Zainichi* que estava no Japão. Vê-se a diminuição dos números de indivíduos e bem como a diminuição do número de indivíduos que não possuem identidade nacional até 2015 – no gráfico, os *special permanent residents* -, que serão tratados posteriormente junto ao texto da análise.

O governo japonês, no entanto, tendo "desfranqueado" os moradores da Coreia e Formosa (Taiwan) ao final de 1945 e colocando-os fora do esboço constitucional no início de 1946, agora também procurava expulsar o maior número possível de coreanos devido ao consenso unânime entre as elites japonesas de que as políticas de colonização japonesas haviam falhado completamente em construir uma

consciência nacional entre os coreanos como sendo "japoneses" (STRAUSZ, 2019, p. 30).

Conforme argumentam Sonia Ryang e John Lie (2009), o processo pelo qual os coreanos foram posicionados na sociedade japonesa no pós-guerra foi surpreendentemente eficiente em termos de exclusão total. Em 1947, todos os residentes não-japoneses no Japão passaram a ser sujeitos ao registro de *alien*¹¹ (estrangeiro), como oposição ao registro de residência. Os coreanos perderam a identidade de residência e seus registros foram transferidos para o registro de estrangeiros (RYANG; LIE, 2009). Pouco antes da proclamação da nova constituição japonesa de 1947, o último decreto do imperador de Showa (1926-1989) determinou que todos os coreanos no Japão perderiam sua afiliação nacional ao Japão.

Na sequência, de acordo com o estudo de Michael Strausz (2019) a elite japonesa procurou reobservar a conjuntura nacional que antes era marcada pela ideia de um Japão multinacional – embora tenha enxertado o ideal de *multinacionalismo* à uma concepção eugenista do Darwinismo social. Como forma de fortalecer a nova ideia de homogeneidade étnica japonesa, a maneira pela qual as elites governamentais, culturais e empresariais do Japão responderam a essa questão moldou a política de imigração do Japão de maneira mais ampla, porque essas elites havia desenvolvido seu pensamento em relação ao papel apropriado dos residentes estrangeiros na sociedade japonesa, em grande parte por meio da interação com essa comunidade de coreanos que rastreia o tempo de estadia de sua família no Japão para antes de 1945, quando a Coreia era uma colônia do Japão (STRAUSZ, 2019).

Em 1949, na primeira aplicação da Lei (japonesa) de Prevenção da Destruição pós-guerra a Liga dos Coreanos¹² (*Chosen Soren* em japonês, e *Chongryon* em coreano), a organização coreana, agora expatriada, sofreu represália, suas propriedades e economias em dinheiro foram confiscadas. A Liga foi formada em outubro de 1945 e rapidamente se voltou para o apoio à Coreia do Norte¹³. Amiúde, seus objetivos eram o repatriamento de todos os coreanos e o ensino da língua

¹¹ Sobre nacionalidade, cidadania e o conceito de estrangeiro nos termos legislativos, McDougal, Chen e Lasswell observaram que a referência do rótulo genérico "*alien*" não é para um grupo estático isolado, mas potencialmente para toda a humanidade. Todo indivíduo é um "*alien*" em potencial em relação à todos os estados dos quais não é nacional; na medida em que ele se move e se engaja em atividades além das fronteiras do estado, essa potencialidade se torna uma realidade (MCDUGAL *et al*, 1978, p. 433).

¹² Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão,

¹³ A República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia foram fundadas em 1948.

coreana as crianças coreanas no Japão como parte de sua preparação para o repatriamento. As numerosas escolas coreanas da Liga foram fechadas sob a lei marcial em 1948 e foram suprimidas no ano seguinte (RYANG; LIE, 2009).

Em 1950, a Guerra da Coréia estourou, dividindo também a população coreana no Japão entre apoiadores comprometidos com a Coréia do Sul e Coréia do Norte, respectivamente. Com a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco (TPSF), o *koseki*¹⁴ regulava decididamente quem era japonês e quem não era. Quem cujo *koseki* foi encontrado fora do Japão era considerado não japonês (RYANG; LIE, 2009).

Após a assinatura do TPSF, todas as ex-colônias do Japão foram libertadas do jugo colonial, “libertando” também, o Japão do ônus de compensar os coreanos e outros ex-súditos coloniais que permaneceram no Japão e de garantir seus *direitos humanos*. Em 1952, nem a RPDC nem a RDC foram reconhecidas pelo Japão (RYANG; LIE, 2009). Ambas proclamavam ser a representação soberana da anterior nação Joseon, e diplomaticamente o Japão não as reconhecia (RYANG; LIE, 2009).

Isso significava que os coreanos no Japão não tinham governo de origem enquanto vivessem no Japão. Com o fim da ocupação e o retorno do poder soberano à nação japonesa – com a assinatura do TPSF – ex-súditos coloniais cuja terra natal não reconhecida diplomaticamente pelo Japão como um Estado-nação legítimo (Coréia e Taiwan), restaram completamente sem Estado. O departamento de imigração do governo japonês estava declarando que nem *kankoku* (Coréia do Sul) nem *chosen* (Coréia, mas comumente associado à Coréia do Norte) – termos que aparecem nos cartões de registro de estrangeiros dos coreanos no Japão - significavam uma nacionalidade ou o nome de um estado (RYANG, 1997, p. 122).

Ao mesmo tempo, devido à contínua política pró-natalista que havia começado a partir de 1940, sob um conceito *eugênico* nacional, a população do Japão cresceu fortemente até o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, evitando qualquer necessidade de trabalhadores imigrantes (RYANG; LIE, 2009). Como partido derrotado na SGM, o Japão não enfrentou um influxo de refugiados. Como resultado, antigos súditos coloniais, a maioria sendo coreana, se tornaram os únicos apátridas no Japão até recentemente.

¹⁴ O *koseki*, ou *koseki tohon* (戸籍謄本) é o sistema de registro de família japonês. A lei japonesa exige que todas as famílias japonesas relatem nascimentos, reconhecimentos de paternidade, adoções, interrupções de adoções, mortes, casamentos e divórcios de cidadãos japoneses à sua autoridade local, que compila esses registros que abrangem todos os cidadãos japoneses dentro de suas jurisdição.

As Potências Aliadas da Segunda Guerra Mundial (PASGM) haviam abordado formalmente a questão da independência da Coreia pela primeira vez em dezembro de 1943 no Cairo, onde Estados Unidos, Grã-Bretanha e China assinaram um comunicado. Os três signatários, e mais tarde a União Soviética, reconheceram que o Japão perderia o controle sobre a península coreana (CAPRIO; JIA, 2009). Eles também concordaram em adiar a independência da Coreia, acrescentando a frase frequentemente citada: "no devido tempo, a Coreia se tornará livre e independente" (CAPRIO; JIA, 2009, p. 22-23). A declaração de que o Japão acabaria perdendo a posse da península coreana marcou um importante esclarecimento pelas PASGM sobre a questão do status pós-guerra da Coreia. O debate sobre se o Japão poderia manter suas colônias continuou até o final da guerra. Tanto durante como após a ocupação da CSFA do Japão, algumas autoridades americanas e japonesas acreditavam que era um erro separar o Japão e a Coreia (CAPRIO; JIA, 2009, p. 22-23).

2.5 Teoria Referencial da Relações Internacionais

As RI são formadas por um leque de conteúdos procedentes das áreas da política, sociologia, do direito e economia e entre outras áreas, com isso impondo um desafio metodológico na concepção de trabalhos acadêmicos, onde é possível mais de uma única via original e explicativa para a elucidação dos assuntos internacionais. Buscando dentro da pluralidade metodológica, no presente subcapítulo escolhemos expor o debate mais recente nas RI, acercando o construtivismo e seus pressupostos e postulados, como a forma teórica que melhor se elucida o problema e hipótese propostos neste trabalho.

Com expressiva influência inter e intradisciplinar o paradigma da escola construtivista foi inaugurado com a terceira geração de debates em RI, “abrindo novos caminhos para as questões prementes da política entre os Estados e demais entes do cenário externo” (CASTRO, 2012, p. 385). Com o *terceiro grande debate* das RI, no contexto do pós-Guerra Fria, novos paradigmas são delineados diante do contraposto racionalista, principal tema até então vigente, construído com os outros debates anteriores. Em relação à estas outras formas anteriores, Thales Castro, contribui para definir a essência construtivista em um parágrafo de sua obra:

Enquanto escolas específicas se estruturam no âmbito normativista, pós-positivista e de cunho metodológico, o construtivismo se apresenta como de linha ontológica, isto é, representa a síntese das abordagens sobre a teoria do ser (*Sein*) ou como os objetos se apresentam à realidade existente e preexistente – agentes internacionais (estatocentrismo) – com suas capacidades decisórias e interlocuções. Em linhas gerais, as premissas do construtivismo representam a lógica transformadora das ideias e das mútuas relações de construção e de co-construção, tendo como validade a pertinência dos processos-meios utilizados para tal fim. Ou seja, o construtivismo associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o *ethos* das Relações Internacionais. Outras premissas são importantes a serem expostas: o pensamento, as ideias e os valores possuem força maior que as estruturas materiais disponíveis; as crenças intersubjetivas representam os meios (canais) por onde passam os fluxos de relacionamento internacional; e, por fim, a formação das ideias e dos ideais fazem parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes internacionais (CASTRO, 2012, p. 386).

Então, mesmo sendo o mais recente paradigma, com estudos a partir dos anos 1980, o construtivismo contribui diferenciadamente, com ponto de formulação de suas premissas baseado no estudo da dicotomia agente-estrutura. “Nesse contexto, os agentes e a estrutura operam a mesma relação que, na geografia clássica, está fundamentada no ‘homem’ e no ‘meio’, ou ainda, no ‘indivíduo’ e no ‘contexto’” (CASTRO, 2012, p. 387). Ainda nesse sentido, os agentes são os Estados, enquanto a estrutura seria o Cenário Internacional (CI), e cenário cabível de diferentes compreensões por diferentes terminologias como *comunidade*, *sistema*, *sociedade* e ou *cenário internacional* (CASTRO, 2012). Na constante e intensa interação entre as duas partes desta dicotomia se revelam complexidades que abordam cada uma das duas partes e delimitam as pontuações sobre estas esferas. Ou seja, a partir da observação do agente e a estrutura surgem questionamentos que, ontologicamente, buscam analisar acontecimentos estudados.

Será o Estado (o agente) limitado ou constrangido pelo cenário internacional (estrutura)? Será que o cenário internacional opera em si forças mais expressivas de controle dos Estados em suas opções e estratégias de política externa e de política doméstica? É possível afirmar que há reciprocidade de interesses e de influências que geram dinâmica própria de interação bem estruturada e harmoniosa? (CASTRO, 2012, p. 387).

Muitos destes questionamentos acerca da estruturalidade tem originalidade em pressupostos sociológicos. Vários sociólogos tentaram descrever a relação entre a pessoa e o ambiente social, alegando que as ações humanas são irrestritas pelas forças sociais, ou vice-versa, sendo restritas apenas pela estrutura social. Em contraste, Anthony Giddens rejeita as perspectivas e afirma que estrutura e agentes não podem ser separados, mas estão profundamente entrelaçados no que ele chama

de "dualidade da estrutura". Giddens usa terminologia específica para explicar a relação entre agência humana e estrutura social. O foco aqui será explicarmos a "dualidade da estrutura", conceito essencial para esta pesquisa em relação a comunidade *Zainichi* e os países que a envolvem.

Giddens inicia sua contribuição em pelo início dos anos 1970, e em 1979 com *Central Problems in Social Theory* dando os primeiros passos a construção de sua teoria. Logo posteriormente a essas contribuições iniciais, Giddens publicou a Teoria da Estruturação (TDE) no *The Constitution of Society, Outline of the Theory of Structuration*, em 1984. A teoria foi proposta e avaliada como um marco geral analítico para se interpretar a realidade social historicamente situada, sendo e servido assim como um modelo a partir do qual podemos interpretar o social. O seu apelo ontológico está na definição de estruturação como "a estruturação das relações sociais através do tempo e do espaço em virtude da dualidade da estrutura" (GIDDENS, 1984, p. 376).

Logo, portanto, a escola construtivista tem influências sobretudo da sociologia, com centralidade - entre tantos autores - para Anthony Giddens. Segundo Anthony Giddens (1979), a estrutura é ambos o caminho e o resultado das práticas constituintes dos sistemas sociais. A estrutura entra simultaneamente na constituição do agente e nas práticas sociais e coexiste durante os momentos geradores dessa constituição, um processo que Giddens refere como uma "dualidade de estrutura" (GIDDENS, 1979, p. 5). Estruturas duplas seriam, portanto, potencialmente mutáveis e, como tal, Giddens salienta que a estrutura deve ser considerada como um processo de mudança, e não como um estado (ou estágio) estacionário.

Já em 1984, segundo Giddens, estrutura (ou "estrutura social") são "conjuntos de regras e recursos recursivamente organizados" (GIDDENS, 1984, p. 25). As regras restringem as ações sociais dos atores, enquanto os recursos às facilitam e portanto, a estrutura é ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora. As regras podem ser, por exemplo, formalmente codificadas como leis (GIDDENS, 1984, p. 17). Os atores humanos estão cientes das regras sociais e (rotineiramente) as aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos. Nesse contexto, Giddens usa o termo "conhecimento" dos agentes (GIDDENS, 1984, p. 21-22). Esse conhecimento é expresso na consciência, pela qual Giddens distingue entre consciência discursiva e prática. Em termos simples, essa é uma diferença entre o que pode ser articulado (aqui como, consciência discursiva) e "o que é caracteristicamente simples" (e aqui,

consciência prática) (GIDDENS, 1984, p. 7). A conscientização dos atores sobre as regras é expressa em primeiro lugar na consciência prática (GIDDENS, 1984, p. 21). Recursos são definidos como maneiras pelas quais os atores exercem seu poder. Giddens distingue entre dois tipos de recursos: recursos alocativos, referindo-se às capacidades para gerar comando sobre fenômenos materiais, objetos e bens, assim como sobre matérias-primas ou terra, e recursos autoritativos referentes à geração de comando sobre pessoas e atores (GIDDENS, 1984, p. 33).

Essas propriedades estruturantes “vinculam” o tempo e o espaço nos sistemas sociais e “possibilitam a existência de ... práticas sociais semelhantes em diferentes extensões de tempo e espaço” (GIDDENS, 1984, p. 17). Devido a essas propriedades estruturais, os sistemas sociais se tornam uma forma sistêmica. Esses sistemas se referem às práticas sociais reproduzidas ou interações de agentes humanos, que são fisicamente co-presentes. De acordo com Giddens, esta *co-presença* está ancorada na espacialidade do corpo, na orientação para outros atores e no eu experimentador (GIDDENS, 1984, p. 64). Os atores realizam ações sociais através da memória incorporada, chamados de “traços de memória”. Assim, os sistemas sociais são “fundamentados nas atividades de conhecimento dos atores situados que se apóiam em regras e recursos” em diferentes contextos de ação (GIDDENS, 1984, p. 25). Ao mesmo tempo, a estrutura (regras e recursos) é resultado dessas práticas sociais.

O conceito de “dualidade de estrutura” é o núcleo da teoria da estruturação (GIDDENS, 1984), necessária para entender as inter-relações no sistema. Giddens descreve que a interdependência entre estrutura e agência se dão “de acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são meios e resultados das práticas que eles organizam recursivamente”. (GIDDENS, 1984, p. 25) Assim, os agentes estão presos às estruturas sociais e, ao mesmo tempo, provocam e alteram essas estruturas, que formam as condições das ações dos agentes. Como mencionado acima, este é um processo dinâmico e simultâneo quando relacionamos o plano de fundo da dicotomia como codeterminação das duas esferas, especificamente introduzindo os Zainichi e a sociedade e Estado japonês neste trabalho. “A estrutura existe, como presença no espaço-tempo, apenas em suas *instanciações* nessas práticas e como traços de memória orientando a conduta de agentes humanos conhecedores” (GIDDENS, 1984, p. 17). Ou seja, existe uma estrutura social com códigos de conduta estabelecidos e padrões morais, tradições e instituições, mas essas propriedades podem ser alteradas pelos atores, quando, por

exemplo, reproduzem essas normas de maneira diferente ou simplesmente ignoram ou substituem as regras.

De igual forma contributiva, Jeffrey Checkel (2013) em seu trabalho buscou definir mecanismos causais como caminhos ou processos pelos quais um efeito é produzido e ou um objetivo é alcançado. Ainda em Checkel, os filósofos das ciências sociais veem os mecanismos causais como entidades ontológicas extremamente inobserváveis que existem no mundo, e não em nossas cabeças (CHECKEL, 2013, p. 10). De acordo com as teorias do estruturalismo (e ou funcionalismo), a estrutura de um organismo existe independentemente de sua função em um certo sentido específico: as partes do corpo ainda podem ser estudadas mesmo quando o organismo morre - depois que ele parou de funcionar. Mas de acordo com Giddens, esse não é o caso dos sistemas sociais, que deixam de existir quando deixam de funcionar. "Os padrões de relações sociais só existem na medida em que são organizados como sistemas que foram reproduzidos ao longo do tempo" (GIDDENS, 1979, p. 61). Portanto, os mecanismos não são meramente variáveis intervenientes, mas conceitos de relação e processo em si mesmos, daí também surgindo a necessidade de introduzir-se capítulos histórico-geográficos na análise teórica referencial deste trabalho que capturam, ou propõe-se que estes ajudam, o espaço-tempo "virtual" para a análise da formação da comunidade e identidade Zainichi no Japão.

Giddens identifica a estrutura como sendo não-temporal e não-espacial, por considerar esta como "virtual" e depois o conceitua na forma de princípios, que devem ser postos em prática na produção e reprodução da vida social. Ele afirma que os sistemas sociais existem no tempo-espaço e são constituídos por práticas sociais. Na interpretação e simplificação da estrutura gidgeana por William Sewell (1992) se fornece um resumo útil da teoria, que em outras palavras, as estruturas não são as práticas sociais padronizadas que compõem os sistemas sociais, mas os princípios que modelam essas práticas (SEWELL, 1992). Mas o ponto mais importante que Giddens enfatiza é a importância das consequências não intencionais de ações no processo de reprodução de sistemas sociais, quando o conceito de sistema social se refere a um relacionamento recíproco no qual alterações em uma ou mais partes componentes iniciam mudanças em outro componente partes, e essas mudanças, por sua vez, produzem mudanças nas partes em que as mudanças originais ocorreram (SEWELL, 1992).

Giddens refere-se a partes componentes nos sistemas sociais como "agências" capazes de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais ou possuir conhecimento dos esquemas que informam a vida social, oferecendo acesso a alguma medida de recursos humanos e não humanos (SEWELL, 1992, p. 20). Em outras palavras, "agência" é a capacidade do ator de reinterpretar e mobilizar uma variedade de recursos em termos de esquemas culturais diferentes daqueles que inicialmente constituíam a matriz (SEWELL, 1992, p. 19). O conceito de Giddens sobre agência que vê como "todos os atores são conhecedores, socialmente competentes e com reflexividade - os seres humanos têm a capacidade de entender o que fazem enquanto o fazem" (GIDDENS, 1984, p. 23). Giddens define agência em termos da capacidade de um ator de fazer as coisas, em uma perspectiva praxiológica, que implica poder devido à capacidade transformadora de intervir e alterar os padrões sociais (GIDDENS, 1984, p. 9). "A teoria da estruturação é baseada na proposição de que a estrutura é sempre capacitadora e restritiva, em virtude da relação inerente entre estrutura e agência (e agência e poder)" (GIDDENS, 1984, p. 169).

De fato, Giddens explora a relação intrínseca entre agência e poder, definindo que relações de poder sempre tem uma função de mão dupla. Por mais subordinado que um ator possa estar em um relacionamento social, o próprio fato de se envolver nesse relacionamento dá a qualquer ator uma certa quantidade de poder sobre o outro. Aqueles em posições subordinadas nos sistemas sociais costumam converter qualquer recurso que possuam em algum grau de alavancagem ou controle sobre as condições sob as quais esses sistemas sociais são reproduzidos (GIDDENS, 1979, p. 6).

Políticas nacionais de integração por Estados-anfitriões em direção à uma população não assimilada frequentemente irá gerar resultados complicados, é o que diz Myung Ja Kim (2015) e seu trabalho que exemplifica essa questão levantada ao estudar o caso dos *Zainichi* e sua posição perante a sociedade (e o Estado) japonesa. De acordo com o trabalho da pesquisadora, que estuda a relação entre as políticas externas praticadas pelo Japão desde o período de reconstrução no pós-guerra (1945-1952) e a exclusão sistêmica adjunto a ambígua identificação da "diáspora" *Zainichi* pós-colonial no Japão e a observação da comunidade *Zainichi*, é estabelecida e baseado o conceito de uma estrutura giddeana como potencial ameaça para a segurança nacional japonesa - sobretudo da partícula desta comunidade que se identifica como norte-coreana. Em seu trabalho existem três estágios (ou níveis)

baseados em teoria compreendidos como sendo processos - assim também como havia explanado Castro em relação a pertinência dos processo-meio à lógica transformadora do ideal construtivista (CASTRO, 2012) - que relacionam a formação de uma estrutura (uma comunidade, a comunidade coreana *Zainichi*) apátrida, deslocada de um *locus* nativo.

Em resumo, o primeiro estágio seria a *crise de identidade*, que surge quando a identidade social se torna desterritorializada, ou um estado se torna sem raízes ao perder sua conectividade com os outros (KIM, 2015, p. 271). Kim exemplifica esse primeiro estágio, trazendo de outros autores que contextualizam os muçulmanos radicais e seu surgimento. Em uma sociedade muçulmana tradicional a identidade de um indivíduo seria fornecida e sublinhada por seus genitores e pelo ambiente social dessa pessoa. Tudo, desde a tribo e os parentes, através do imame local até a estrutura política do estado, enraíza a identidade em um ramo específico da fé islâmica (KIM, 2015). A identidade se tornaria um problema quando os muçulmanos deixam as sociedades muçulmanas tradicionais, por exemplo, imigrando para a Europa Ocidental. A questão da autenticidade surge quando existe uma lacuna entre a identidade interior de alguém como membro de uma comunidade cultural muçulmana e o comportamento em relação ao novo ambiente social (FUKUYAMA, 2006). Tal *crise de identidade* pode produzir um vácuo psicológico, uma *abertura cognitiva* nos indivíduos, que provavelmente os levará à conversão ideológica (KIM, 2015).

Em promover assim a *abertura cognitiva*, leva-se ao próximo estágio em que um indivíduo se dispõe a aceitar uma estratégia de *enquadramento* que os movimentos sociais conceituaram (KIM, 2015). Assim, o *enquadramento* oferece as ferramentas cognitivas para dar sentido a eventos e experiências, interpretando a causa, avaliando a situação e oferecendo remédios prescritivos (KIM, 2015, p. 271). "O enquadramento é um dos processos mais importantes na literatura do movimento social. [...] o enquadramento serve como aceitação tácita do conhecimento empregado por atores leigos na produção de encontros sociais" (KIM, 2015, p. 269-270). Uma estrutura primária é aquela que é vista como transformando o que de outra forma seria um aspecto sem sentido de qualquer situação em algo que tem significado (KIM, 2015, p. 270). Ou seja, o enquadramento pode ser definido como uma visão ou perspectiva alternativa, que pode ser mais receptiva às pessoas leigas que aceitaram crenças anteriormente. De acordo com Myung Ja Kim (2015, p. 270), o enquadramento

existe como um esquema para estranhos ingressarem em um movimento compartilhando o entendimento de uma visão de mundo ou de uma identidade coletiva e também é um processo de identificação, pois implica que os atores definem o que estão lutando e contra quem estão lutando.

O terceiro estágio é o *aprendizado* ou *persuasão* (KIM, 2015). Kim diz que os interesses dos agentes não permanecem estáticos, eles podem mudar como resultado de fatores como aprendizado político e social, persuasão, mudanças de status e mobilidade social (KIM, 2015). Líderes e suas organizações usam o aprendizado ou a persuasão para moldar as preferências privadas das pessoas por meio de doutrinação ideológica, ações em grupos organizados, exortações persuasivas e apelos carismáticos para impressionar e inspirar alguém a mudar suas crenças (KIM, 2015). Atividades de rua organizadas, greves e manifestações, podem persuadir simpatizantes e, simpatizantes passivos do *status quo*, de que a revolução é iminente, alterando assim seus limites para a ação pública. Por meio de lições e outras atividades, os indivíduos da diáspora devem reinterpretar a natureza desterritorializada da autoridade sagrada e convencer o público de que essa reinterpretação não é apenas legítima, mas fornece maior autenticidade do que outras alternativas (KIM, 2015, p. 271).

Giddens também aborda o conceito de ideologia. A ideologia refere-se ao ser ideológico entendido em termos da capacidade dos grupos ou classes dominantes de fazer com que seus próprios interesses setoriais pareçam universais para os outros, portanto, representando um tipo de recurso envolvido na dominação (GIDDENS, 1979, p. 6) subsidiando as análises ao respeito do Sistema Internacional e a distribuição de poder.

Igualmente, Giddens teve e tem expressiva influência e impacto na formação das percepções da pós-modernidade. Tem propriedade ao diferenciar espaço e lugar, revelando uma dicotomia antagonizada na gestão da sociedade pós-moderna (GIDDENS, 1990, p. 17-21). Tem, ademais, investigações críticas das RI quando também dissocia e fragmenta os conceitos de convivência dos cidadãos transnacionais nos espaços (re)inventados com os lugares da globalização e da desterritorialização (GIDDENS, 1990, p. 17-21). Giddens ajuda na elucidação dos processos de representação do cidadão e do Estado no contexto internacional, especialmente no final do século XX e seguintes anos futuros (CASTRO, 2012, p. 408-409, passim). A pós-modernidade, assim, se apresenta como um camaleão, um

desafio complexo tanto ao sujeito fragmentado, quanto ao objeto difuso, assim como as RI – aliás, a separação desses eixos também representa um ponto debatido e questionado pela pós-modernidade em RI (CASTRO, 2012, p. 408-409, *passim*).

De acordo com Castro, estamos, então, diante de um fluxo constante e mutável de críticas, de percepções e de reformulações teóricas que tentam acompanhar a velocidade revolucionária e midiática da vida contemporânea (CASTRO, 2012, p. 408-409, *passim*). Assim, é necessário admitir, primeiramente, a necessidade de que o que conhecemos e sabemos é, na verdade, produto do que não sabemos e não conhecemos. Por mais paradoxal, que seja essa frase conforme Castro, ela carrega em si as sementes essenciais da pós-modernidade (CASTRO, 2012, p. 408-409, *passim*). Em segundo, lugar, o processo de conhecimento em Teoria das Relações Internacionais é impreciso, falho e inconcluso. Toda categorização em RI considerada como plenamente aplicável ao caso concreto é refutada pela pós-modernidade de maneira enfática (CASTRO, 2012, p. 408-409, *passim*).

A contribuição contemporânea de Alexander Wendt é posterior às contribuições de Giddens, Kratochwil¹⁵ e de Onuf – outros autores construtivistas de RI –, e se compreende ao período de 1980 até 1990, e se entende sendo destacadamente independente, sem alinhamento prévio com estas anteriores. Wendt começa sua contribuição com um artigo em 1988, onde, pela utilização das premissas de Giddens, sobre a teoria da estruturação (GIDDENS, 1984), inicia sua linha própria de discussão sobre o debate, até então ontológico, do agente *versus* estrutura. Incitando a sua fala sob o seio das RI, e vindo a questionar o debate dominante àquele tempo, de Kenneth Waltz – cunhado por seu livro *Theory of International Politics* em 1979 – que demonstrava em destaque a posição e nível da estrutura, em relação de detrimento a posição e nível dos agentes. Wendt então propôs a reformular o debate, falando da coexistência e participação entre os agentes e estrutura. Essa particularidade concedeu a sua linha construtivista, originalidade apoiada na utilização da concepção teórica social, e participando pontualmente nos discursos teóricos entre neorrealistas e seus críticos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A codeterminação entre agente e estrutura influenciou outras partes da literatura construtivista. A obra de Wendt, tomou como eixo central de solução o dilema

¹⁵ Friedrich von Kratochwil, teórico construtivista e acadêmico das RI, contribui com a premissa central do construtivismo, onde o mundo é construído à medida em que os atores agem, dizendo, portanto, que o mundo é uma construção social (KRATOCHWIL, 1989).

entre agente e estrutura da codeterminação de Anthony Giddens, que parecia se colocar em um ponto intermediário entre as duas tradições, no sentido de reconhecer o poder explicativo tanto da agência como da estrutura, mas também a necessidade de se reconhecer a necessidade de consideração da contraparte. Nogueira e Messari por vez, em sua obra didática, mencionam que "no decorrer da década de 1990, o construtivismo – e principalmente a versão desenvolvida por Wendt em seu livro *Social Theory of International Politics* (WENDT, 1999) – tornou-se parte do grande debate da disciplina das RI" (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 164). Alexander Wendt em 1999 publicou seu livro, que ainda hoje é considerado por muitos como um dos principais trabalhos da disciplina de RI no debate atual, embora essa incorporação seja mais recente e não fora inicialmente dada a devida importância ao seu conteúdo.

O construtivismo não foi mencionado no discurso de posse de Robert O. Keohane como presidente da International Studies Association (ISA) em 1988 [...] também não foi mencionado no artigo de Yossef Lapid de 1989, no qual ele cunhou o termo pós-positivismo no estudo de RI [...] O construtivismo sequer foi mencionado no número especial de 1990 da revista *International Studies Quarterly*, cujos editores foram Rob J. Walker e Richard Ashley, apesar do livro de Onuf ter sido mencionado por alguns autores daquele número especial (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 164).

Nogueira e Messari, contudo, logo se propõem a explicar a condição apesar das adversidades iniciais apresentadas quanto a incorporação da teoria construtivista à academia das RI, que por lacunas existentes ao pensamento e teoria positivista, acabaria propondo que a teoria construtivista seria o meio de observar e fechar estas tais "vazios positivistas".

No entanto, alguns dos temas e dos desafios com os quais autores construtivistas da década seguinte acabaram lidando foram levantadas por Lapid, em 1989, como sendo os temas com os quais o pós-positivismo deveria lidar para suprir as insuficiências do positivismo nas RI [...] Em meados da década de 1990, nenhuma revisão da bibliografia minimamente aceitável na área de RI, e nenhum curso – de graduação ou pós-graduação – sobre a teoria de relações Internacionais, enquadrado nos padrões mínimos de qualidade podia se permitir deixar de fora o construtivismo. [...] Nos encontros da ISA da segunda metade da década de 1990, o construtivismo passou a ocupar uma posição de destaque com várias mesas e vários trabalhos sendo definidos ou se autodefinido como construtivistas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 164 -165).

Um dos conceitos satélites do construtivismo é o da construção de identidade. Contudo, nem todos construtivistas consideram esse conceito importante. Por exemplo, Onuf sequer menciona em suas discussões o tema, já que o considera limitado analiticamente quando aplicado a eventos sociais em geral, e às relações

internacionais em particular (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Para ele, substituir o conceito de interesse pelo de identidade não agregaria nenhum tipo de poder de discurso, agregando maiores entendimentos sobre a teoria. Mas Nogueira e Messari evidenciam que talvez essa crítica seja devida a incapacidade de Onuf se desvincular de uma percepção relacional e somente cognitiva das identidades, e que isso acaba evidenciando a imperfeição do pensamento positivista em lidar com conceitos endógenos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Assim, por analisar Wendt é que se encontraria o preenchimento desta "lacuna de Onuf", analisando alguns elementos e chegando à questão da formação de identidades. A partir de Wendt se pretende ponderar elementos analíticos endógenos para explicar a construção de identidades, e não as considerando mais como já prontas, dadas, ou como sendo simplesmente predeterminadas ao sistema (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Embora que, Wendt seja criticado por relacionar que as identidades sejam fruto, principalmente da ação do Estado como estrutura, ou quiçá, como agente.

Wendt apresenta um conceito de identidade preciso, mas flexível o suficiente para permitir às identidades se transformarem e se adaptarem aos processos e as necessidades da política internacional. Para ele, as identidades precedem os interesses e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença. Portanto, e mesmo não sendo uma característica comum a todos os construtivistas, o conceito de identidade não pode deixar de fazer parte da contribuição construtivista. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 168).

Pois bem, reavaliemos o foco do construtivismo com a introdução da teoria por Alexander Wendt. Este está na construção social e histórica da política internacional - quando alojado na academia das RI. Para tanto, a utilização da Teoria Social é a base de sustentação construtivista - assim como exemplificado na introdução anterior de Giddens - e ao mesmo tempo é acreditada como sendo o seu principalmente ponto de destaque em relação às outras teorias, em especial as teorias e correntes dominantes das RI (liberalismo, realismo, etc.) e suas respostas tradicionais (WENDT, 2014). Na base do argumento construtivista está a ideia de que, primeiro: a realidade é 'socialmente construída'; segundo: as estruturas, portanto, são definidas principalmente por ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais; e por terceiro: as identidades e os interesses dos atores são construídos por então estas ideias compartilhadas (WENDT, 2014). Isso significa que ideias e normas possuem um papel fundamental tanto na constituição da realidade e dos agentes – para os

construtivistas positivistas –, quanto na definição de identidades e interesses (WENDT, 2014). Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída, também, por esses mesmos atores em um processo de interação (WENDT, 2014).

Com o seu segundo artigo, de ainda maior importância, Wendt passa a ser mais reconhecido academicamente em *Anarchy Is What States Make Of It*, de 1992, Wendt entrava na perspectiva construtivista das RI, por se afirmar como tal, e passa a dar uma visão alternativa ao conceito de anarquia, e criticando as vias teóricas dominantes da disciplina (WENDT, 1992). Neste artigo, "afirmou que a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflito e competição. Pelo contrário, a anarquia pode reverter tanto as lógicas de conflito quanto de cooperação, *dependendo* do que os Estados querem fazer dela" (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 176). Ainda, ao mesmo tempo em que Wendt critica forte e articuladamente o realismo, e em alguns aspectos, também o liberalismo, ele também tenta construir uma ponte com os "racionalismos" de Robert Keohane¹⁶. Mesmo que negando a prerrogativa ontológica aos agentes e estrutura, não nega, mas sim reconhece, ao Estado, um papel mais preponderante, uma vez que, a *anarquia* (estrutura) é o que os *Estados* (agentes) fazem dela. Desta parte surge a crítica a linha construtivista de Wendt, tributada de ser estadocêntrica (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Em 1994, criticou as teorias dominantes por considerarem que as identidades eram predeterminadas ontologicamente pelo sistema, e passou a apresentar uma compreensão, de maneira endógena, o processo de construção de identidades coletivas como resposta ao pensamento dominante. As identidades seriam resultado das ações, e de como as ações foram realizadas pelos Estados.

Discutindo a formação dessas identidades coletivas, Wendt definiu-as como o produto de processos relacionais, sujeitas a mudanças. Com esse argumento, Wendt acabou fechando um ciclo: processos relacionais podem levar a mudanças nas identidades coletivas, que, por sua vez, podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 176).

Em um rápido paralelo com a teorização de Wendt acima, o Japão (Estado) mudaria primeiramente quando entrou em contato com os Estados Unidos da América em 1868. Esse contato mudaria completamente o sistema político japonês, projetaria

¹⁶ Robert Keohane, teórico e acadêmico das RI, associado a teoria neoliberal institucionalista (KEOHANE, 1988).

sua guerra civil, e a forma como o Japão enxergaria o sistema à que acabara de ser inserido. Suas buscas por desenvolvimento, e suas ações para garantir isso, foram frutos desse processo relacional. O Japão acordaria em meio a um ambiente desenvolvimentista-colonial e não lhe restaria outra opção senão assim a de seguir o ritmo das potências europeia e americana, e se jogar ao colonialismo para esferas asiáticas. Posteriormente, poder-se-á dizer que o Japão (Estado e sociedade), assim como paralelo a TDE de Giddens, sofreu mais uma mudança de estrutura no pós-SGM, e nesta nova os Zainichi não poderiam mais fazer parte - de acordo com as análises.

Junto ao Estado, existiria a ideia da *defesa dos interesses nacionais*. Para entender a defesa dos interesses nacionais como um objeto concreto, existente fisicamente, seria necessário definir que tipo de interesse esse seria; e para definir esse, seriam necessárias as identidades que estão em sua origem.

Em 1999, no seu livro principal, Wendt se admite positivista e moderno. Wendt reitera a aceitação da concepção *waltziana*, mas sem deixar de tecer as suas críticas sobre ela. Por final, ele acaba também trazendo sua posição de paridade com as teorias dominantes, através de argumentos que criam "a ponte". Outra ponte é criada, com o pós-positivismo, que Wendt também não refuta e expande o alcance de seu discurso, refutando a antecedência ontológica aos agente-estrutura, mas que sim são cooperantes, participando de um processo contínuo, em corrente transformação. Por conseguinte, reforça a ideia de que vivemos em um mundo centralizador dos Estados nas RI, defendendo o conceito de agência como sendo central ao entendimento dos fenômenos sociais, de onde viria a mesma centralidade do Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Ainda sobre Wendt, segundo Nogueira e Messari,

Vivemos em um mundo de Estados, mesmo que isso não signifique que os Estados os sejam únicos agentes das relações internacionais [...] afirma, a esse respeito que os Estados são atores reais aos quais se podem atribuir qualidades antropomórficas reais. Ignorar este fato central seria produzir uma teoria sobre outra coisa, e não sobre as relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 179).

Wendt afirma a existência de três culturas, para analisar a composição da anarquia internacional: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana.

A anarquia hobbesiana é caracterizada pela cultura da inimizade. Os Estados estão embutidos de uma dinâmica de competição e desconfiança permanentes, e a lógica que prevalece é a lógica da autoajuda. A cultura lockeana é uma cultura de rivalidade. Os Estados competem uns com os outros sobre recursos, posses e até poder, mas essa rivalidade não é uma

dinâmica marcada pelos imperativos de vida ou morte. A dinâmica da rivalidade é, então, uma dinâmica caracterizada pela centralidade da soberania. A cultura kantiana é uma cultura de amizade. Os Estados têm uma predisposição positiva em relação uns aos outros. Disputas não são resolvidas mediante o recurso às armas, nem a ameaça ao uso das armas, e ameaças contra um amigo de um Estado são consideradas por esse Estado como ameaças contra ele mesmo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 179).

Atualmente no meio acadêmico não se é incomum verificar que o enfoque construtivista é comum para ponderar questões das RI e descrever extensões da cultura e de identidades, tanto quanto desconsideradas pelas perspectivas mais tradicionais. Diferente do construtivismo, outras linhas teóricas poderiam ser aplicadas ao entendimento da comunidade coreana no Japão e como essa se transforma quanto sua opção de identidade. Mas não trariam o resultado esperado para a construção do tema, por apresentarem limites.

Por exemplo, não se refutaria a ideia de se utilizar a corrente liberalista clássica e versão neoliberal para verificar a singularidade da comunidade coreana. O liberalismo defende a maximização das liberdades individuais juntamente com uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa, tendo o papel de uma economia delineado por regras produzidas pelos interesses do mercado, expressando assim, um ideal maior pela liberdade das partes e agentes de acordo com seu peso sistêmico (LOCKE, 2002). No entanto, mesmo que o respeito à liberdade individuais esteja ligado ao pensamento liberal, com o problema que ocorre sobre a comunidade coreana não se pode sustentar essa linha de raciocínio, uma vez que essa comunidade sofre com a ausência de proteção do Estado japonês e, conforme podemos observar nas tentativas de explicar a própria:

[...] para a proteção da liberdade do cidadão seria necessária a criação de um Estado, nascido de um pacto entre as pessoas, que expressasse leis e normas estabelecidas pela própria comunidade, com o consentimento dos indivíduos, visando a segurança destes e de seus direitos naturais [...] (LOCKE 2002 apud DORNELES, 2008, p. 22).

Em 1983, o acadêmico liberal, Michael Doyle explicou um pouco a respeito do debate sobre a democracia e paz, através das contribuições de Immanuel Kant (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Em seu artigo Doyle trouxe o texto de "Tratado sobre a Paz Perpétua", de Kant, para explorar o cenário político que estava se delineando em meados da década de 1980. Nele Doyle revisa que,

para Kant, a simultaneidade da existência de repúblicas, sua consolidação em uma confederação mundial e o dever de hospitalidade perante o estrangeiro seriam as condições para o ser humano, por meio do uso da

racionalidade, estabelecer as condições básicas para a paz (DOYLE, 1893 apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 100).

Mesmo que Doyle vá um pouco além desta fragmentação de seu texto, ele interpreta a ideia de democracia – sobre o conceito de repúblicas de Kant – e adiciona ao debate a prerrogativa de que seria necessária, para a constituição de uma base democrática, o fator da respeitabilidade pelo *estrangeiro*. Ora, portanto, ao se relevar a posição de importância que se dá a aceitação e integração dos indivíduos, de para consigo mesmos em um sentido de grupo; e destes para com o Estado, na relação vertical entre os quais pertencem o indivíduo e o Estado; na expectativa de formação de uma comunidade e depois de uma nação, então não se pode aplicar a questão da comunidade coreana à corrente liberalista. Não em sua totalidade. A corrente construtivista vem com um melhor poder de explicação nesse sentido, ainda que a ela possam ser tecidas certas críticas ligadas aos objetivos finais da corrente. De acordo com Nogueira e Messari a premissa básica da corrente é dizer que:

vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. Este mundo em permanente construção é construído pelo que os construtivistas chamam de agentes. Vale dizer que não é um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 162).

3 AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS DA ESTRUTURA E AGENTE: COMPLEMENTARIDADE ENTRE JAPÃO E OS ZAINICHI E AS EXTERNALIDADES

3.1 O Japão Pré e Pós-SGM: A Estrutura

Como expressado pela teoria-base da TDE, a estrutura é formada por um conjunto de regras e recursos organizados, e as regras por sua característica própria restringem as agências no meio social, enquanto a combinação de recursos as propagam como meios condutores e governamentais, e as regras (também sendo interpretadas como leis) são os ordenamentos jurídicos concordados (GIDDENS, 1984). Nesse preâmbulo teórico encaixamos o Japão (Estado) dentro de nossa análise como uma estrutura existente em período pré e um período pós-guerra, relacionando uma linha delimitadora e cambial entre estas duas definida pela SGM.

Anterior a sua derrota na SGM, a estratégia japonesa para com as populações de territórios conquistados e colônias que iriam ser inevitavelmente englobada com o alastramento imperial na Ásia, era uma de unificar, de associar-se, estes povos ainda mais com aqueles em que havia uma proximidade maior com o ethos japonês, o que os coreanos se alinhavam (LIE, 2008; LIE, 2009; STRAUSZ, 2019). Com essa população crescente de coreanos étnicos foi buscada uma forma sistemática de fazê-los pertencer ao ambiente que se projetava pelo expansionismo. A ideologia imperial para uma integração formal se intensificou em meados dos anos 1930, e a política japonesa depois procurou assimilar os coreanos (LIE, 2009). A política de japonização atingiu ápice com estabelecimento da ideia de que japoneses e coreanos compartilhavam os mesmos ancestrais, e com a promoção de casamento misto entre coreanos e japoneses.

O Japão era, portanto, com olhar da teoria, antes da SGM, uma estrutura formada que contornava os outros povos, onde leis japonesas regularizava-os e restringia-os dentro do meio social onde Japão dominava territórios, presente em termos de colônia e metrópole. Adjunto as conquistas territoriais pelo Império japonês, deu-se a agregação (forçada e não) de recursos que manteriam a estrutura e a propagação dos meios condutores governamentais sobretudo, leis e poder. Em outras palavras, o Japão foi a estrutura que incorporou os territórios e povos (conquistados), ao mesmo passo que era influenciado em incorporar e integrar novas agências - os

povos, os agentes - mantendo "regras" por meio de sua imposição imperial conquistadora até que a SGM surgiu e cessou. Portanto, concebe-se assim, ao Japão papel da estrutura que posteriormente introduziu novos agentes ao conquistar territórios, as agências portanto produzindo uma estratégia de associação dos povos ao núcleo societal japonês, formando uma estrutura pré-SGM, da qual a população coreana teve parte integral pela absorção de sua agencialidade pela sociedade e Estado japonês com cerca de 2 milhões de indivíduos.

Mas, todavia, esse pensamento de congregação dos povos sob uma bandeira japonesa era o travestimento de uma ideia eugenista, onde a figura da etnia japonesa era superior às demais e por agrega-las (coloniza-las) estaria libertando-as das "garras ocidentais" e lhes dando motivo, propósito existencial dentro da conjuntura asiática daquele momento (STRAUSZ, 2019). Apesar de que foi iniciada uma agregação formal e gradual, a desigualdade de status e a discriminação social permaneceram, prejudicando a vida da minoria étnica coreana. Em função disto, os coreanos étnicos haviam se tornado cidadãos japoneses, mas sobretudo, durante domínio colonial nipônico, e ao final perdendo gradualmente seus direitos, incluindo a própria "cidadania imperial" que lhes fora imposta (LIE, 2009).

Quando a SGM acabou, desencadeou um pensamento contrário ao englobamento das populações dos territórios conquistados e colônias que partiu das elites japonesas (STRAUSZ, 2019). Todavia, a integração havia alcançado um avançado estágio que de tal forma fora um passo dificultoso para que, na concepção das elites japonesas, se "elimina-se" as outras etnias de uma nova configuração da sociedade japonesa que emergiu no pós-guerra. Contudo, não houve um rompimento abrupto da estrutura que havia se formalizado por cerca de 45 anos de conquista e assimilação japonesa. A partir da rendição japonesa e da busca pela reconfiguração da estrutura do Estado e sociedade pela marginalização das outras etnias este se tornaria um objetivo e um passo gradual, com a participação de outras influências exteriores como as PASGM e o governo provisório da CSFA, a separação e o surgimento de duas Coreias e participação mais beligerante da Coreia do Norte.

De acordo com Tessa Morris-Suzuki (2009), a CSFA teve participação na estratégia de eliminação japonesa. Conforme, o escalão da CSFA que regimentava a reconstrução japonesa tinha conhecimento da estratégia japonesa em relação aos antigos súditos do império, mas por uma questão de não oposição ao governo interino japonês que mantinha relações positivas com os EUA e pela pressão realizada ao

Japão pela Coreia do Sul para obstruir que os Zainichi pudessem embarcar para repatriação na Coreia do Norte, os componentes da CSFA omitiram-se de realizar alguma intervenção contra o governo japonês, do contrário, silenciosamente ignorando a pressão sul-coreano ao Japão e apoiando a vontade japonesa da época, mesmo que tendenciosa contra os indivíduos étnicos.

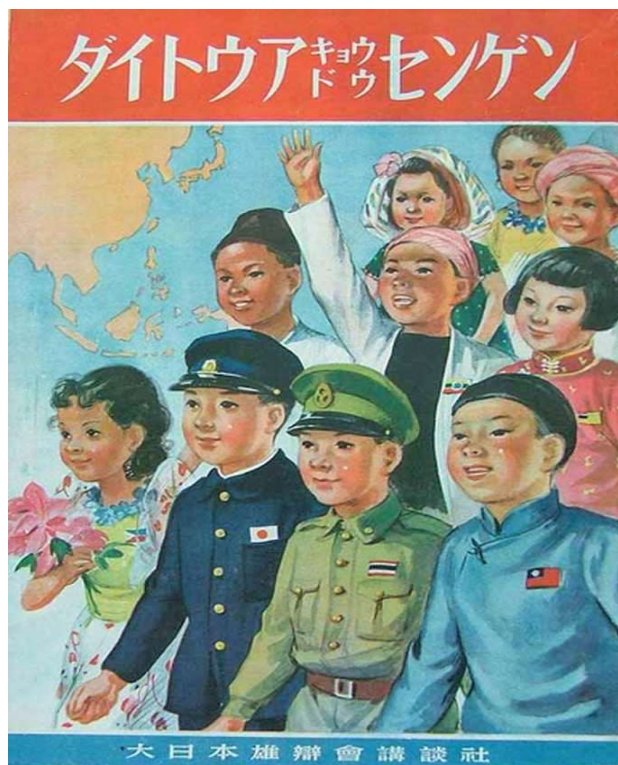
Como comentou o embaixador dos EUA em Tóquio, Douglas MacArthur II, a “Embaixada Americana examinou a opinião japonesa e constatou que era quase unânime a favor de ‘livrar-se dos coreanos’”. MacArthur também acrescentou que ele “mal podia criticar os japoneses, porque os coreanos que restam no Japão são muito pobres, incluindo muitos comunistas e muitos criminosos.” Como esses comentários sugerem, as principais autoridades americanas estavam preocupadas menos com o destino dos “retornados” na Coreia do Norte do que com as repercussões nas relações do Japão com a Coreia do Sul. Por fim, decidiram que a melhor solução não era se opor totalmente ao repatriamento, mas garantir a participação ativa do CICV. Antecipou-se que isso poderia atenuar parcialmente as preocupações sul-coreanas e impedir que a oposição sul-coreana ao repatriamento ganhasse ampla simpatia internacional (MORRIS-SUZUKI, 2009, p. 54, tradução do autor)¹⁷.

De acordo com Sonia Ryang (1997), o Japão também buscou outras formas de reposicionar a população étnica coreana, inclusive por meio das Ol’s, introduzindo também elementos diplomáticos ao aproximar a ONU para mediar o envio dos coreanos pelos portos do Sul do Japão às Coreias, assim então, introduziram-se regulamentos para trabalhar esta realocação (RYANG, 1997). A *lex domicilii* dos coreanos no Japão, no entanto, não foi claramente acordada nos círculos jurídicos japoneses. Embora o governo tenha visto, nos anos 60, que a *lex domicilii* apropriada para os coreanos no Japão na área de direito privado seria a Coreia do Sul por causa do reconhecimento das Nações Unidas a esse último, o precedente legal não estava em conformidade com essa visão (RYANG, 1997, p.120-125). Alguns casos mostram que a Coreia do Norte era considerada uma pátria para os coreanos no Japão, especialmente em casos raros em que os litigantes alegavam ascendência do norte

¹⁷ As the U.S. ambassador in Tokyo, Douglas MacArthur II, commented, the “American Embassy had checked Japanese opinion and found it was almost unanimously in favor of ‘getting rid of the Koreans.’” MacArthur also added that he could “scarcely criticize the Japanese for this as the Koreans left in Japan are a poor lot including many Communists and many criminals.” As these comments suggest, key U.S. officials were concerned less about the fate of “returnees” in North Korea than about the repercussions for Japan’s relations with South Korea. Ultimately, they decided that the best solution was not to oppose the repatriation outright, but to ensure active ICRC participation. This, it was anticipated, might partially allay South Korean concerns and would prevent South Korean opposition to the repatriation from gaining wide international sympathy.

da Coreia, enquanto outros consideravam o direito privado japonês apropriado para eles (RYANG, 1997, p.120-125).

Imagem 1 – Propagando de Integração Imperial Japonesa de 1942



Fonte: ORR, 2008.

3.2 A separação das Coreias

A divisão de Joseon em Coreias, configura os *inputs* de externalidades que vão se expressar justamente após a Guerra da Coreia (GDC), quando surge uma Coreia ao sul e, uma outra Coreia ao norte da Península. Na observação de autores como Tessa Morris-Suzuki (2009), a separação do Reino de Joseon em Coreias dificultou aquilo que o conceito - sem ser abrangido aqui - de diáspora correlaciona com a busca do *locus nativo* dos indivíduos expatriados. Há problemas relacionados à noção de "voltar para casa", com o "retorno", e uma "volta ao lar" no coração de todos os mitos da diáspora está o sonho do lar (MORRIS-SUZUKI, 2009). Morris-Suzuki correlaciona a idealidade do movimento de retorno com narrativas de liberdade e narrativas de pátria (MORRIS-SUZUKI, 2009).

3.2.1 A Coreia do Sul

Morris-Suzuki também comenta sobre a relação da Coreia do Sul no repatriamento do *Zainichi*. Embora já posterior a assinatura do TPSF, em meados de 1959, os Estados Unidos começaram a desempenhar um papel fundamental no processo. A RDC estava pressionando fortemente os EUA a intervir e impedir o acordo de repatriação entre o Japão e a RPDC. Ao mesmo tempo, porém, os Estados Unidos estavam negociando uma revisão crucial de seu Tratado de Segurança Mútua com o Japão (TCMSEJ), para o qual contava com a cooperação do governo de Kishi¹⁸. Embora alguns funcionários do Departamento de Estado (dos EUA) claramente tivessem receio sobre o acordo de repatriamento dos coreanos no Japão, estes relutaram em corroborar com os sul-coreanos em pressionar Kishi sobre o assunto do acordo, principalmente porque o processo de repatriamento dos coreanos era um ponto positivo para a popularidade da administração de Kishi e para seu eleitorado japonês (MORRIS-SUZUKI, 2009).

Portanto assim, a RDC teve mínima participação para o repatriamento destes indivíduos. Embora buscaram pressão sobre o repatriamento dos coreanos *Zainichi*, pois um aumento da população na RDPC de alguma forma representava uma ameaça a recém conquistada soberania da RDC, também não ofereceram uma porta ampla e aberta para receber os expatriados. Particularmente, enxergamos um elemento de preconceito com os *Zainichi*, residentes coreanos no Japão.

Por vezes, os coreanos que haviam ido para o Japão, e por final, permanecido no território eram considerados traidores. Uma grande parcela desta comunidade tem origens ancestrais na parte sul da Península (LIE, 2008; LIE, 2009), e faz sentido que a RDC, não a estrutura do Estado, mas a da sociedade os considere desta maneira. Do mesmo modo, eles também podem ser considerados assim pelo Estado sul-coreano, reproduzindo a sua própria forma de estrutura marginalizadora dos *Zainichi*, como uma estrutura amalgama a do Japão. A RDC, assim como o Brasil e outros países, entrou em um período de regime militar alinhado com as visões estadunidenses em meio instabilidade da Guerra Fria. Portanto, um grande fluxo de interações com a RPDC a preocupava principalmente por uma considerável parte dos coreanos rádios no Japão escolherem política e nacionalmente seguirem a RPDC um

¹⁸ Nobusuke Kishi (岸 信介), primeiro ministro do Japão entre 1957-1960.

sistema socialista com o qual ainda estavam tecnicamente em guerra. A aversão ao comunismo fez com que a Coreia do Sul revesse suas oportunidades para asilar os antigos-coreanos.

O caso das *Comfort Woman* também não colaborou para que uma aproximação do Japão com a RDC (YAMAGUCHI, 2020). Tomomi Yamaguchi, pesquisadora, dialoga sobre os problemas entre as relações Japão-Coreia do Sul-EUA que surgem a partir das defesas e contrariedades das estátuas erguidas em homenagem as mulheres coreanas que serviram de consortes para o exército japonês durante o período de colonização (YAMAGUCHI, 2020). Nesse sentido, Japão expõem tremendos gastos com protestos, realizando campanhas publicitárias para diminuir ou cessar a rede de apoio dessas mulheres, instigando inimizades com a Coreia do Sul diretamente (YAMAGUCHI, 2020). Por esse sentido, a RDC contribui com a identificação dos *Zainichi*, também por tê-los ignorado, ou reprimido ao seu pedido de asilo. Ainda atualmente, os *Zainichi* são negados vistos de trânsito e apoio da estrutura governamental sul-coreana (HANKYOREH, 2017).

Imagem 2 – Zainichis protestam contra as políticas de vistos da RDC em 2017



Fonte: HANKYOREH, 2017.

3.2.2 A Coreia do Norte

O governo norte-coreano, principalmente através da Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão, *Chongryon*, propagandeou que a RPDC era um "paraíso na terra" e "qualquer coisa necessária para a vida, incluindo moradia, comida e roupas. totalmente garantido". Os governos da RPDC e do Japão, através de uma resolução do gabinete, endossaram o programa nos níveis mais altos. No entanto, dada a ausência de relações diplomáticas entre os dois, foi realizada em grande parte por *Chongryon*, com apoio da Cruz Vermelha japonesa e norte-coreana e facilitação pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Com o grande descontentamento da população coreana em relação à colonização japonesa, surgem os grupos de oposição, e entre eles, em 1926, a União para Derrotar o Imperialismo (UDI) de Kim Il Sung, que na década de 1930 já era visto pelas forças japonesas como uma das principais lideranças coreanas. Kim, que havia se exilado na URSS, entra na Península Coreana no final da SGM (GROSSI, 2015 apud SOUZA, 2017, p. 24).

Kim Il Sung é base fundamental para o apoio aos *Zainichi*, com sua administração houve a oferta de uma casa e nacionalidade aos *Zainichi*, dando-lhes um senso de pertencimento após a negação do Japão de inserção desta comunidade étnica dentro da sua estrutura. Em 1952, o líder norte-coreano Kim Il-Sung pediu ao movimento socialista coreano *Zainichi* que fosse coordenado em contato próximo com o governo norte-coreano e lutasse, não pela revolução socialista no Japão, mas pela reunificação socialista da Península Coreana.

A recuperação da Coreia do Norte no pós-guerra se deu com ajuda técnica e financeira da URSS e da China, mas foram os norte-coreanos que arcaram com o esforço humano, o que deu à população um sentimento de autoestima e de proximidade com o regime. Foi necessário socializar completamente a economia e associá-la às economias dos países socialistas. E devido à terrível destruição econômica e social da guerra, a transição para uma economia socialista ocorreu sem grandes tensões (VIZENTINI; PEREIRA, 2014 apud SOUZA, 2017, p. 25).

De acordo com Betina de Souza (2017), dos problemas provenientes da nuclearização da Coreia do Norte, pode-se citar o aumento da insegurança na região e a possível nuclearização dos países que se sentem diretamente ameaçados, o que poderia resultar em conflitos convencionais ou nucleares. Há também uma preocupação de que, devido aos problemas econômico-financeiros enfrentados pelo país, que possui acesso à tecnologia nuclear, ele venha a se sentir tentado a vendê-

las tanto a Estados como a organizações terroristas para obter recompensas financeiras (FERNANDES, 2013 apud SOUZA, 2017, p. 26).

Após a morte de Kim Il Sung, em julho de 1994, ocorreu a assinatura do Acordo-Quadro entre Estados Unidos e Coreia do Norte. A partir desse acordo, a Coreia do Norte concordava em congelar e desmontar seu programa nuclear e respeitar as imposições do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) ao substituir seus reatores nucleares por reatores de água leve¹³, a serem construídos pela Korean Peninsula Energy Development Organization (KEDO) (OLIVEIRA, 2004 apud SOUZA, 2017, p. 26).

Imagem 3 – Propagando da RPDC com Kim Il Sung



Fonte: FISHER, 2016.

3.3 Os Zainichi e a Bolha Norte-Coreana como a Agência

No período de 20 anos após a Segunda Guerra Mundial, as principais preocupações de segurança do Japão em relação à Coreia do Norte não giraram em torno de uma ameaça militar direta, uma vez que os interesses de segurança do Japão em relação à Coreia do Norte foram amplamente governados pela presença militar maciça dos EUA no Japão e Coreia do Sul, bem como a política americana de contenção em relação à Coreia do Norte (HUGHES, 2009, p. 297 apud KIM, 2015, p. 273). Em vez disso, as preocupações de segurança do Japão olhavam para dentro, concentrando-se na presença de residentes coreanos no Japão e nos medos percebidos de que eles fomentariam a insurgência comunista doméstica (MORRIS-SUZUKI, 2007, pp. 60-61).

A *Chongryon*, ou Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão, foi fundada em 1955 como resultado de dez anos de tumultuada política de expatriados e conflitos internacionais. Foi fundada por nacionalistas coreanos no Japão, cujo objetivo era o repatriamento eventual de todos os coreanos no Japão para uma Coreia comunista e unificada; como tal, definiu todos os coreanos no Japão como cidadãos estrangeiros da RPDC (RYANG, 2009 p. 62-80, passim). Esta foi uma revisão, historicamente falando, da posição anteriormente entendida pelos coreanos no Japão. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a esquerda coreana se envolveu ativamente com o Partido Comunista do Japão na causa conjunta de derrubar o governo japonês. Os coreanos de esquerda, portanto, se definiram como minoria étnica do Japão; isto é, embora não sejam japoneses, eles assumiram que tinham uma participação de vida ou morte na transformação da sociedade japonesa. Com o surgimento de *Chongryon*, esse auto-entendimento foi radicalmente alterado. *Chongryon* declarou-se uma organização norte-coreana (isto é, estrangeira) no Japão e, portanto, deixou claro que se absteria de se intrometer na política doméstica japonesa e cumprir vigorosamente a lei japonesa. Todas as formas de atividades ilegais foram abandonadas posteriormente (RYANG 1997, cap. 3-4).

Em muitos aspectos, a *Chongryon* pode ser visto como um sucessor da organização de esquerda original coreana do pós-guerra, a Liga dos Coreanos (Sonya Ryang, 2009 p. 62-80, passim). As atividades da Liga não começaram como ativismo político pró-RPDC, mas à medida que a tensão na península coreana aumentava e a polarização entre norte e sul se tornava cada vez mais irreversível, a Liga se inclinava mais para o lado da RPDC (RYANG, 2009 p. 62-80, passim). Isso não foi bem recebido pela CSFA ou nem pelas autoridades japonesas. Assim, em 1949, a Liga foi suprimida pela Lei de Prevenção de Atividades Subversivas. A supressão implacável da *Chongryon* foi precedida pelo fechamento forçado de escolas coreanas sob a influência da Liga: durante o fechamento de 1948 pelas forças armadas dos EUA, numerosos ferimentos e alguns ocorreram mortes. Após o seu surgimento em 1955, *Chongryon* reconstruiu ativamente as escolas étnicas que a Liga costumava operar. Ele priorizou a transformação de estudantes em cidadãos estrangeiros da RPDC, não apenas enfatizando o ensino da língua coreana, mas também enfatizando a ideologia nacionalista focada na RDPC. Assim, as escolas emergiram como o aparelho principal da política de expatriados de *Chongryon* (RYANG, 2009 p. 62-80, passim).

A nova política de *Chongryon* de tornar legal todos os aspectos de sua atividade aos olhos da estrutura estatal japonesa, exigiam o credenciamento estatal das escolas coreanas. Como *Chongryon* não estava preparado para renunciar à sua autonomia pedagógica ao Ministério da Educação do Japão (MEJ), seguiu a estratégia astuta de credenciar suas escolas como diversas, ou seja, sem direito a emitir certificados e diplomas acadêmicos. Dessa maneira, todas as escolas de *Chongryon* se tornaram totalmente legais e, no entanto, o MEJ até hoje não pode interferir em sua gestão, filosofia pedagógica ou planejamento curricular (RYANG 1997).

Embora a normalização das relações com a RDC a partir dos anos 1965 tenha permitido aos *Zainichi* no Japão a nacionalidade sul-coreana e a residência permanente no Japão, *Chongryon* continuou a contar com o apoio em massa dos coreanos no Japão durante as décadas de 1960 e 1970, muito mais do que seu rival *Mindan*, ou Organização de Expatriados do Sul (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). Em 1981, os coreanos afiliados à *Chongryon*, que depois de 1965 normalmente não teriam obtido residência permanente no Japão, solicitando a nacionalidade à RDC, também se tornaram elegíveis para residência permanente no Japão. Isso estava relacionado à ratificação do Japão da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da ONU em 1979 e da Convenção e Protocolo Internacional de Refugiados em 1982 (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

Essas mudanças legais tiveram impactos claros em *Chongryon*. Os coreanos afiliados a *Chongryon* agora podiam obter uma permissão de reentrada no Japão, o que lhes permitia viajar para o exterior. Eles também podiam visitar a RPDC, principalmente sob o pretexto de se reunir com os membros da família que haviam sido repatriados após o acordo de 1959 entre a Cruz Vermelha Japonesa e a (RYANG; LIE, 2009, cap. 2). Mas a *Chongryon* explorou sistematicamente esse caminho enviando seus ativistas para cursos de reeducação e reciclagem a longo prazo, seus professores e especialistas em educação para consultas com especialistas norte-coreanos, a fim de atualizar os livros didáticos de *Chongryon*, seus artistas para tutela de artistas norte-coreanos, seus alunos. para viagens de “visita à pátria” e suas afiliadas pela “recompensa e reconhecimento” de sua devoção e cooperação. Assim, milhares de coreanos *Chongryon* eventualmente visitariam a Coreia do Norte (RYANG, 2000).

O que se pretendia como uma visita marcante à “pátria socialista gloriosa” – como a retórica da busca por um *locus nativo* o faria –, no entanto, tornou-se uma

experiência de tristeza e desilusão (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). A RPDC que os afiliados de *Chongryon* viram com seus próprios olhos não era o “paraíso na terra” retratado na propaganda da *Chongryon* e norte-coreana, mas um país pobre e em dificuldades, no qual até o pessoal de alto escalão designado para supervisionar os visitantes parecia completamente fora de contato com a realidade global (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

As fantásticas histórias de sonho que os coreanos *Chongryon* foram alimentados no período inicial de repatriamento – de Kim Il Sung fazendo uma visita surpresa ao dormitório dos filhos retornados de *Chongryon*, por exemplo, ou de uma família repatriada recebendo uma casa enorme e uma vida confortável, completa com emprego gratificante e posição social para os pais, educação superior e o futuro brilhante de se tornar médico ou político para as crianças – eram completamente inexistentes ou apenas parcial e remotamente verdadeiras (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

Durante a década de 1980, as mudanças geracionais nas comunidades coreanas do Japão foram pronunciadas. A política de pátria apaixonada da primeira geração não era mais dominante na população coreana de *Chongryon*. Embora os ativistas e oficiais mais jovens de *Chongryon* fossem, de certa forma, mais instruídos e doutrinados na escola organizacional de *Chongryon* e nos valores orientados para a Coreia do Norte, eles também eram mais realistas e práticos no que diz respeito à possibilidade (ou à falta dela) do eventual repatriamento de todos os coreanos no Japão para uma pátria reunificada (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). A Coreia estava dividida por quase quatro décadas, e nenhum sinal positivo de reunificação emergiu, mesmo quando as cortinas de ferro foram levantadas em outras partes do mundo. Enquanto isso, os jovens *Chongryon* coreanos estavam crescendo como membros perfeitamente aculturados, socioeconomicamente experientes e linguisticamente magistrais da sociedade japonesa. O padrão de vida dos coreanos no Japão como um todo melhorou, graças ao trabalho árduo da primeira geração e ao boom duradouro do Japão após a GDC (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

No auge, *Chongryon* tinha mais de 150 escolas em todos os níveis, incluindo o ensino fundamental e médio, a faculdade e a pós-graduação. A Universidade da Coreia de *Chongryon* em Tóquio, forneceu ensino superior para futuros professores das escolas de *Chongryon* (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). Todas as escolas de *Chongryon* usam um conjunto unificado de livros didáticos que são projetados e

escritos pelos professores e funcionários da educação de Chongryon, impressos e produzidos na empresa de livros didáticos de *Chongryon* e distribuídos gratuitamente aos seus alunos. Como as escolas de *Chongryon* não são credenciadas como instituições que concedem diploma, o MEJ não pode interferir no conteúdo de seus livros ou no ensino em sala de aula. Portanto, o foco das escolas na RPDC, sua orientação pedagógica para aumentar a lealdade dos estudantes à liderança norte-coreana e sua vida política e organizacional no estilo norte-coreano ficam fora do estado japonês.

Hoje, a maioria predominante de coreanos no Japão possui nacionalidade sul-coreana (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). Isso não significa que eles apoiam a RDC, na minha opinião, já que a política de confronto com expatriados da Guerra Fria já se foi há muito tempo e muitos coreanos no Japão adotam a nacionalidade sul-coreana principalmente por conveniência. Sem a nacionalidade sul-coreana, eles não teriam passaporte (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). A residência permanente a que os coreanos têm direito desde o início dos anos 80, independentemente de possuírem ou não nacionalidade sul-coreana, fornece a eles apenas um *laissez-passer* improvisado chamado “permissão de reentrada” para o Japão e viajar para todos os destinos, exceto a RPDC, exige um visto pré-emitido (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

Os escritórios locais de *Chongryon* agora enfrentam fechamento devido à perda de associação, execuções bancárias e à incapacidade de pagar aluguel e impostos. Escândalos financeiros envolvendo transações ilegais com a Coréia do Norte e sonegação de impostos no Japão produziram investigações abrangentes pelas autoridades japonesas e resultaram em algumas prisões (HUGHES, 2009 apud KIM, 2015). As cooperativas de crédito de propriedade de *Chongryon* não podem mais facilitar transferências bancárias para contas na RPDC, anteriormente a única rota direta para remessas entre o Japão e a RPDC. Desde 2006, todos os navios de passageiros norte-coreanos foram proibidos de entrar nos portos japoneses (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*).

Imagem 4 – Retratos dos Líderes Escola Norte-Coreana no Japão



Fonte: ZAINICHI..., 2018.

3.4 A Estrutura Japonesa pela influência Norte-Coreana e Zainichi

O Japão contemporâneo nasceu da ocupação americana de 1945-1951. Reformado e “ocidentalizado”, foi envolvido na arquitetura mundial da Guerra Fria, tornando-se uma barreira contra a expansão da influência soviética no Extremo Oriente. No imediato pós-guerra, sob a administração militar do general Douglas MacArthur, foram projetadas as reformas políticas destinadas a ocidentalizar o Japão (MAGNOLI, 2004). A identidade coreana pode se resumir ao resultado do processo de colonização, e não obstante, também do protagonismo do lado vencedor da guerra, como define Lim Kyoung-hwa:

Seguindo a anexação japonesa de Ryukyu (1879) e o Tratado de Anexação Japão-Coreia (1910), Okinawanos e Coreanos *Zainichi* foram reclassificados como “Súditos Japoneses” e sujeitos a assimilação (destes, pelo Governo japonês). [...] Entre 1945 e 1972, Okinawanos viveram sobre o regime militar Estadunidense. Enquanto aos Okinawanos fora restaurada a cidadania japonesa, quando as ilhas de Okinawa foram devolvidas (ao Japão) em 1972, a maioria dos Coreanos *Zainichi*, que despidos de sua cidadania japonesa depois que Tratado de Paz de São Francisco foi assinado, continuaram até o presente sendo classificados como “estrangeiros residentes”, faltando-lhes cidadania japonesa (KYOUNGHWA, 2019, p. 1-2 passim, tradução livre pelo autor)¹⁹.

¹⁹ Following Japan’s Ryukyu annexation (1879) and the Japan-Korea Annexation Treaty (1910), Okinawans and *zainichi* Koreans were reclassified as “Japanese subjects” and subjected to assimilation [...] Between 1945 and 1972 Okinawans lived under US military rule. While Okinawans’ Japanese citizenship was restored with reversion to Japan in 1972, the majority of *zainichi* Koreans, who were stripped of Japanese citizenship after the San Francisco Peace Treaty was signed, continue to the present to be classified as “resident foreigners” lacking Japanese citizenship.

No prolongado período após o escândalo de sequestro em 2002, a administração de Shinzo Abe²⁰ no Japão repetiu as buscas, prisões e prisões da polícia de escritórios e oficiais de *Chongryon*, evidentemente determinado a tirar proveito da situação para satisfazer o ressentimento de direita e, assim, aumentar sua popularidade (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*). A natureza sempre fechada da sociedade japonesa como receptáculo para coreanos e outras minorias étnicas está cobrando um preço dos coreanos no Japão. Hoje, depois de meio século fomentando um movimento de expatriados em apoio à RPDC, as escolas de *Chongryon* enfrentam a necessidade genuína e urgente de se transformar para lidar com questões tão agudas como garantir a segurança básica dos estudantes e preservar sua identidade política.

Previsivelmente, a discrepância entre as preocupações e expectativas dos pais, por um lado, e o estilo de gestão das autoridades escolares, por outro, está aumentando (RYANG, 2009 p. 62-80, *passim*) e isso junto ao ressurgimento do Japão como potência militar acelerado pelo "super dimensionamento" da bélico da RPDC em termos de uma ameaça militar (HUGHES, 2009, p. 291 apud KIM, 201, p. 267). A postura de defesa do Japão cresceu em uma relação exponencial com a ameaça norte-coreana, mudando a estrutura da aliança entre o Japão e os EUA de uma assimétrica para uma simétrica, a fim de contribuir construtivamente para a segurança global e regional (KIM, 2015). Recentemente, Um número crescente de formuladores de políticas dos EUA e do Japão começou a se concentrar no papel da organização étnica pró-RPDC, *Chongryon*, que há muito apoia ao regime do país, facilitando o comércio, enviando doações em dinheiro, estabelecendo contatos pessoais e possivelmente coordenando transferências ilícitas de narcóticos e peças de armas.

As pesquisas acadêmicas então demonstram que o transnacionalismo em que os *Zainichi* se encontram desempenha um papel importante em qualquer ameaça à segurança nacional e à paz regional do Japão, mas os mecanismos causais específicos permanecem pouco compreendidos, principalmente por causa dos vínculos entre a mobilização social e as estratégias políticas do país anfitrião (KIM, 2015). Afinal, os *Zainichi* formam uma agência, com poderes de alteração e constando um risco de segurança nacional para o Japão. Consequentemente há um deslocamento de uma parte da estrutura (Estado) japonesa a partir de sua

²⁰ Primeiro Ministro do Japão desde 2012.

insegurança para a então a população *Zainichi* no Japão, perpetuando uma espécie de ciclo dicotômico através das políticas e retóricas.

Em suma, buscando mais fontes a corroborar, Lim Kyoungwha (2019) acresce que a identidade coreana pode-se resumir ao resultado do processo de colonização, e não obstante, também do protagonismo do lado vencedor da guerra. Os okinawanos e coreanos eram súditos do imperialismo nipônico, e enquanto os okinawanos foram restabelecidos com cidadania japonesa por causa do reconhecimento do território de Okinawa como território japonês²¹, os coreanos *Zainichi* não tiveram a mesma capitulação (KYOUNGHWA, 2019). Como resultado, a exclusão destes sujeitos, os *Zainichi*, dos direitos subscritos pela Constituição Japonesa do pós-guerra. Dessa maneira, a nova "democracia" japonesa, predicada por sua nova elaborada Constituição, acabou por erodir as memórias do colonialismo, desconsiderando as populações colonizadas, tornando-as na prática invisíveis a proteção da Lei, concluindo agora estes indivíduos não como cidadãos, mas tão somente como estrangeiros (KYOUNGHWA, 2019).

3.4.1 O Nacionalismo Japonês

Enquanto a palavra-chave de segurança nacional nos EUA desde 2001 é "11/9", no Japão é "17/9" (RYANG; LIE, 2009). Em 17 de setembro de 2002, a mídia japonesa informou que a RPDC havia sequestrado cidadãos japoneses durante as décadas de 1970 e 1980. Com uma linguagem sensacional e sentimental, os relatores transmitiram a notícia chocante de que agentes secretos norte-coreanos penetraram nas prefeituras costeiras do Japão e sequestraram um total de treze cidadãos japoneses e os colocaram em várias tarefas, incluindo tutoria de espiões norte-coreanos em japonês (RYANG; LIE, 2009). As notícias do crime passado da RPDC foram chocantes para o mundo - talvez não tanto porque a RPDC fez isso, mas por causa da maneira bastante incômoda pela qual Kim Jong Il admitiu durante primeiro encontro entre os chefes dos estados norte-coreano e japonês (RYANG; LIE, 2009).

Horas depois do relatório, escolas coreanas, escritórios da Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão e algumas famílias e indivíduos coreanos

²¹ Próximo do final da SGM os EUA com sucesso invadiram as Ilhas de Okinawa, e as ilhas permaneceram sob comando estadunidense até 1972, quando o governo dos EUA entregou as ilhas à administração japonesa, mesmo com a capitulação de 1955 do TPSF.

começaram a receber ameaças de morte e outros assédios anônimos. Nos dias seguintes, começaram a surgir relatórios de estudantes coreanas com uniformes escolares cortadas em transporte público lotado, sendo abusadas verbalmente ou mesmo cuspidas. Muitas escolas coreanas organizaram rapidamente medidas de segurança, enquanto os pais temiam pela segurança de seus filhos. Nos meses e anos vindouros, os coreanos no Japão, especialmente aqueles que eram afiliados a *Chongryon*, ficariam irritados com preocupação e medo sobre o presente e o futuro no Japão.

Até hoje, o governo norte-coreano não fez nenhuma declaração oficial ou tomou qualquer medida para esclarecer ou negar o envolvimento de *Chongryon* nos sequestros, o que agrava a situação dos coreanos associados a *Chongryon* ou considerados apoiadores do Norte. Hoje, apenas alguns coreanos no Japão apoiam a Coreia do Norte, enquanto a maioria afirma não ter nenhuma associação política com o Norte ou o Sul. Muitos pais que mandam seus filhos para as escolas de *Chongryon* o fazem pela instrução do idioma e da herança coreana, e seria seguro dizer que mesmo os funcionários de tempo integral de *Chongryon* tendem a permanecer na organização porque não conseguem encontrar um emprego alternativo viável, não porque eles estão ideologicamente comprometidos com a Coreia do Norte e sua liderança. Para aqueles afiliados a *Chongryon*, portanto, a repentina erupção de hostilidade em relação a eles veio como um trauma e dilema desconcertantes.

Isso preocupa quando se traz o conceito da proteção – em especial à minorias existentes – face a adversidades, especialmente de movimento de extrema direita. Esse movimento vem tomando conta de manchetes, sobretudo nos relatos de casos xenofóbicos e manifestações racistas que acontecem no Japão, existindo aí uma relação entre a escalada de tensões com a Coreia do Norte e as manifestações e atos de discriminação contra os Zainichi.

Em julho de 2014, a Comissão de Direitos Humanos (Comitê para Eliminação da Discriminação Racial) da ONU criticou as atividades discriminatórias do Japão, ressaltando o discurso de ódio do *Zaitokukai* (*Zainichi Tokken wo Yurusanai Shimin no Kai*: "Associação de Cíveis contra os Privilégios Especiais dos Zainichi") direcionado contra os Coreanos Zainichi. O *Ryukyu Shimpō*, um jornal diário de Okinawa, respondeu ao relatório da comissão, publicando um editorial denunciando o "ódio contra minorias". O editorial lembrou que, quando líderes locais de Okinawa foram à

Tokyo protestar contra o movimento de aeronaves (americanas) *Osprey* em Okinawa, estes foram condenados como traidores nacionais ou como "não-nacionais" (*hikokumin*) por manifestantes de direita, descritos na imprensa como "pessoas com a bandeiras *Hinomaru* e Sol Nascente, em mãos". Os Okinawanos empatizam como os coreanos *Zainichi*, que sofrem discriminação racial, e que, como os Okinawanos ressaltam, afeta todas as minorias (KYOUNGHWA, 2019, p. 2).

Imagem 5 – Manifestação da Zaitokukai, Tokyo 2013



Fonte: KURASHITA, 2013.

A crescente discriminação vem atingindo o dia-a-dia da população coreana, em especial a população mais jovem, inclusive quando estes, enquanto alunos de escolas de ensino fundamental e médio comutam para as aulas (ZAINICHI..., 2018). Constantes protestos *anti-zainichi* tem se tornado comum prática entre os grupos da direita, em especial o *Zaitokukai*. Atos violentos são incomuns, mas a animosidade e tensões empurram esses grupos ao extremo (TWO..., 2018). O governo japonês também demonstra animosidade com a comunidade. As próprias instituições de ensino, dentre as quais se identificam como *Chosen* (norte-coreanas, com vínculos sociais), vem gradativamente sofrendo cortes nos orçamentos dos subsídios das prefeituras destinados à educação, desde 2016 (TWO..., 2019; TOKUNAGA, 2011). O destino da comunidade é posto em xeque nesse cenário controverso que se desenrolam os acontecimentos no cenário interno japonês e a consequência do mesmo em relação do mesmo com o exterior.

Durante a primeira metade do século XX, os indivíduos identificados como etnicamente coreanos ou *Zainichi Korean*, *Zainichi Chousenjin*, seja por auto reconhecimento ou pela determinação jurídica japonesa baseada em jus sanguinis pelo ordenamento e Constituição Japonesa, nascidos e radicados no Japão, não são necessariamente registrados como cidadãos japoneses. Esse problema de registro nacional, e registro nacional sendo interpretado pelo autor como processo relativamente automático nos dias de hoje, abre uma brecha no processo de construção de identificação pessoal e no reconhecimento de um indivíduo pela sociedade em que este participa, de maneira sociológica e jurídica (MELLO, 2002). Tal problema transcende para a interpretação de que, um indivíduo que neste caso é considerado como aparte de um sistema comunitário sobressalente – da sociedade japonesa, da comunidade linguística, religiosa e étnica – e portanto também aparte de um sistema nacional é visto como uma possível ameaça ao estabelecimento e manutenção da sociedade civil e Estado (MELLO, 2002), e que necessita ser controlado.

Recursos são definidos como maneiras pelas quais os atores exercem seu poder. Giddens distingue entre dois tipos de recursos: recursos alocativos, referindo-se às capacidades para gerar comando sobre fenômenos materiais, objetos e bens, assim como sobre matérias-primas ou terra, e recursos autoritários referentes à geração de comando sobre pessoas e atores (GIDDENS, 1984, p. 33). São, portanto, uma extensão do seu poder. Claramente isso é se torna visível quando, mesmo uma sociedade bem estruturada (em termos técnicos econômicos e financeiros) permite a elaboração de discursos de ódio tão "ao ar livre" quanto os produzidos pela Zaitokukai, que os pratica com megafones pelas ruas de Tokyo e Osaka e demais. Seriam estes os vínculos de partidos políticos e membros do alto governo de Shinzo Abe e anteriores do Japão com as práticas e organizações de direita os seus recursos para controlar e reprimir os Zainichi para demonstrar sua com a Coreia do Norte? Para Giddens, os recursos são definidos como maneiras pelas quais os atores exercem seu poder (GIDDENS, 1984).

Magnoli vem novamente nos dá uma pista de que o Japão, mesmo após a reforma estrutural pós-guerra, quando estava em "mão americanas", não havia se desvinculado de traços histórico-culturais de supremacia racial, que por ventura iriam dar condições para um nacionalismo particularmente de direita, exacerbado e

xenofóbico, no sentido de procurar a proibição da imigração, de uma procurada expulsão e opressão de populações não-nativas dentro da nação japonesa.

Depois, as reformas estruturais anunciadas por Koizumi esbarraram na inércia sedimentada pelos interesses das corporações e da elite política. Mas as tendências profundas que corroem o Estado japonês recriado no pós-guerra continuam a agir, sinalizando mudanças históricas. O centro do desafio global é a reorganização das relações com os Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, o Japão comportou-se como subordinado estratégico da superpotência do Ocidente. O nacionalismo japonês não foi extirpado, mas entrou em duradoura hibernação. Entretanto, os indícios do ressurgimento do nacionalismo apareceram já quando a Guerra Fria se apagava (MAGNOLI, 2004, p. 260).

Uma vez que se pretende descrever as dificuldades sistêmicas causadas aos *Zainichi*, e ainda, focando no sentimento xenófobo existente de forma aberta contra a comunidade a partir de uma presença mais emergente e radical da direta na composição política e sociedade japonesa, verifica-se, portanto, que o Estado e seus compostos se esforçam para preservar a existência dessa comunidade. Do contrário. Acaba-se por notar, que assim como dentro do sentido da crítica da teoria, irrevogavelmente o Estado nipônico transparece trabalhar com aspiração nacionalista, parecida como a durante a SGM, na busca de desconstruir a essa identidade existente em seu território, marginalizando-a social e financeiramente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a partir das interações entre os países condições foram criadas para que uma estrutura de constante busca por reconhecimento, desenvolvimento e autonomia poder-se-iam germinar conflitos, cooperação e identidades plurais. Isso fica evidente quando nos aproximamos do estudo histórico-comparativo dos processos de relações e independências asiáticas, quando o Japão “se abriu” para o ocidente por influência dos EUA, quando a Coréia mantinha uma relação estreita com a China, quando do processo de descolonização nasceram outras nações no pós-SGM.

Depois que o Japão empregou a “diplomacia de canhões” para pressionar a Coréia, a reclusão terminou em 1876 com um Tratado desigual semelhante ao que aconteceu com o Japão há mais de vinte anos. O Japão recebeu direitos extraterritoriais para seus cidadãos na Coréia, e o governo coreano foi forçado a abrir três portos para o Japão. Até agora, os japoneses conseguiram, de uma maneira politicamente específica, uma maior expansão do império. Para o Japão, esse tratado foi o primeiro passo para abrir uma “rota” para se deslocar para fora das ilhas em direção ao nordeste da China. Por outro lado, proporcionou uma boa oportunidade para aprender sobre a cultura ocidental, mas também abriu o caminho para a agressão imperialista.

Em 1910, no entanto, as colônias Taiwan e Coréia se tornaram um símbolo da igualdade japonesa com o Ocidente e de sua participação na disseminação da civilização moderna. Além das nações europeias, que poderiam facilmente estabelecer relações binárias usando a raça como ferramenta principal para criar um outro não civilizado oponente, essa estratégia não era aplicável ao Japão. No contexto de etnia e formação cultural semelhantes, o Japão se retratou como um protetor do Oriente em uma missão civilizadora e promoveu uma hierarquia interna ao mesmo tempo. As nações asiáticas foram encorajadas a considerar a moralidade e a espiritualidade para resistir ao estilo ocidental de imperialismo, industrialização e materialismo. Essa abordagem da “Ásia como uma”, agora denominada pan-asiática, tornou-se uma estratégia política que nunca foi sobre igualdade, mas definiu liderança e força nacional a partir de uma perspectiva de modernização.²⁶ No sentido de “reforma e progresso”, a intervenção na Coréia foi justificada para melhorar os coreanos “atrasados”, unindo os líderes Meiji, incentivados por um coro de jornalistas,

empresários e líderes militares, juntamente com uma comunidade colaboradora na Coreia ".

Em 1945, os coreanos étnicos tinham iniciado o processo de serem despojados de sua condição colonial, presumivelmente porque não eram japoneses e não havia, portanto, não havia provocado o início da guerra – com os Estados Unidos da América (EUA). Apesar disso, seu esforço para criar escolas étnicas no Japão fora negado em 1948 porque eram, por legado, colonialmente japoneses e não mais coreanos. No Tratado de Paz de São Francisco, em 1952, quando a soberania japonesa foi restaurada, os coreanos étnicos no Japão, as autoridades japonesas e a grande unidade do público japonês consideravam a população dos *Zainichi* como irreversivelmente coreana. Embora alguns coreanos haviam sido presos como criminosos de guerra japoneses, outros coreanos foram demitidos de empregos conquistados no governo porque não eram mais cidadãos japoneses.

Ao mesmo tempo, ao fim da Guerra, uma grande parcela dos *Zainichi* buscou voltar para o território da Península Coreana e ou para outras regiões. Ainda apesar de sofrer discriminação racial e exploração econômica, cerca de 600.000 coreanos perduraram no Japão no pós-guerra. Parte dos migrantes alcançaram meios de subsistência viáveis em solo japonês, enquanto outros estavam cansados dos distúrbios e da pobreza na Península Coreana. Os riscos de perda financeira e instabilidade política não se resumem nas únicas razões pelas quais os coreanos permaneceram no Japão. Muitos *Zainichi* se casaram com japoneses étnicos e, embora em sua maioria os integrantes e os seus ancestrais tenham origens na região mais sul Coreia, além disso, muitos coreanos étnicos tivessem nascido no Japão e mantido sua nacionalidade coreana, estes eram linguística e culturalmente japoneses.

Mais além, como uma forma de resgatar as origens de sua etnia uma divisão interna ao grupo surge quanto a sua tentativa de busca por identidade própria, a partir de mecanismos das relações internacionais dos países-foco mencionados, desde o período do pós-guerra. A ambiguidade tornou a busca por identidade mais diversificada possível: dentro do Japão, os *Zainichi* podem se considerar norte-coreanos, sul-coreanos, japoneses, ou aliens nacionais. Ainda existem aproximadamente 400.000 *Zainichi* no Japão que mantém sua nacionalidade coreana, mas não têm intenção de se repatriar para a Coreia. A partir desse ângulo, os *Zainichi*

constituem parcela da sociedade japonesa e movimentam os pensamentos ontológicos sobre ela.

Por consequência, foram sistematicamente marginalizados através dos mecanismos tanto japoneses, quanto internacionais. Os coreanos *Zainichi* representam o único grupo de migrantes étnico-coreanos que não foi integrado, que não recebeu cidadania (nacionalidade) do seu Estado-anfitrião em contraste com outros grupos de migrantes coreanos na China e na Rússia, ou como os coreanos americanos nos EUA. Ao final da SGM, o retorno em massa desse grupo de volta para a Península Coreana foi esperado pelos japoneses, que os haviam incitado ir ao Japão em primeiro plano. Porém, devido à complexidade do ambiente geopolítico nas relações do nordeste asiático momento trouxeram impossibilidade de retorno ao grupo que sobrevive fora da proteção da cidadania japonesa ou da lei coreana.

Vimos que a China e EUA estão envolvidos de maneira particular no surgimento da comunidade coreana no Japão. Em especial, os EUA foram responsáveis por influenciar a abertura da reclusão japonesa do envolvimento com o exterior, e atuante e responsável por também influenciar a abertura e influência japonesa nesta mesma, da Coreia. A China fora responsável por influenciar financeira e politicamente o Reino de Joseon por vezes, desde tempos primordiais. A estratégia chinesa para manter a dependência fiscal coreana terminou por influenciar o Japão e sua estratégia de independência de Joseon, mesmo que tenha por final, diplomaticamente contundente coordenando-a e, colonizando-a. Os EUA, na figura de sua posse administrativa do território japonês no pós-guerra, ao atrasar a independência da Coreia e dividir a Península, geográfica e depois politicamente, complicaram seriamente a repatriação coreana no exterior no período pós-libertação. O fracasso em retificar essa injustiça solidificou a diáspora coreana no Japão. Especificamente, os coreanos baseados no Japão suspeitaram até de conexões remotas com o norte comunista arriscado a prisão, tortura e possível morte se tentassem retornar ao sul da Coreia, o lar ancestral da grande maioria dessa população, 98% da primeira geração (CAPRIO; JIA, 2009, p. 22-23).

Por não ter ultrapassado a linha que traçamos para uma virada e câmbio na estrutura japonesa do pós-guerra, dentro dos princípios teóricos, e não tendo precisa e diretamente influenciado nas políticas japonesas de imigração e cidadania, para a China e EUA neste contexto, somente se atribui a de parcial responsabilidade quanto ao destino dos *Zainichi*. E, portanto, na parcialidade não são denominados vetores da

construção da comunidade coreana e seus postulados com a volta de uma direita extremista japonesas que perpetua seu sufrágio.

Nos apropriando dos conceitos de Giddens e Wendt para explicar como as relações entre os Estado-nação da Coreia do Norte, Coreia do Sul e Japão possibilitaram a formação estrutural de comunidade étnica coreana *Zainichi*, existiu uma estrutura social no Japão, pré e no pós-SGM, que formulou e estabeleceu códigos de conduta e padrões morais tradições e instituições, nos diferentes tempos, mas que, contudo, essas propriedades podem ser alteradas pelos agentes *Zainichi*, quando, e principalmente, reproduziram essas normas japonesas para um Japão mais heterogêneo de maneira diferente ou simplesmente as ignoram ou substituem as regras. Com isso, seu processo de identificação ficou suspenso, assim como um paralelo a anarquia de Wendt e desta anarquia se realizaram inputs da RDC e da RPDC, ao longo de um período de anos, para que se pudesse gerar a ambiguidade identitária dos coreanos radicados no Japão.

A partir do distanciamento do Estado japonês para sustentar e acolher a comunidade coreana, os coreanos foram se adaptando a esta estrutura e suas regras. Pela insatisfação insustentável da RDC e seu silêncio indiferente quanto à aos coreanos *Zainichi*, fora negado a estes últimos uma oportunidade de alcançar o objetivo de acolhimento estatal, de lhes definir um pertencimento um sentimento patriótico. Como a RPDC vinha dando passos pequenos, mas importante quanto ao desenvolvimento especialmente depois da guerra de divisão da Península da Coreia, o governo socialista norte-coreano recorreu a algumas estratégias para se impor ao mais amplo Sistema Internacional, que havia começado a se formar - também por causa de sua partição e influencia na Guerra da Coreia. O mundo agora via uma Coreia que se proclamava mais forte e mais audaciosa. Parte dos *Zainichi* dos quais "sofriam" nostalgia por sua longínqua terra *joseônica*, viam uma oportunidade de repatriação na RPDC, e RPDC também via uma extensão da estratégia global nesta mesma comunidade. Ao contrário da RDC, a RPDC colecionava mais ódio - e o divulgava mais abertamente à massa e ao mundo - do Japão, pelas questões coloniais, pelos envolvimento em guerras e pelas ligações com o novo sistema polarizado e capitalismo mundial propagado pela influência dos EUA. Ao mesmo tempo, o ambiente hostil entre a Coreia do Norte e Japão com o lançamento de projéteis balísticos e a constante ameaça sobre o arquipélago nipônico em 2017

(NORTH..., 2017), instiga tensões nacionalistas e aumenta a desconfiança do Estado e sociedade civil japonês para com os indivíduos étnico-coreanos.

O estabelecimento da comunidade coreana no Japão e seus problemas, indiferenças e animosidades, são derivados de um processo histórico, complexo e não concisamente acabado, que parte desde o período feudal, entre as nações do arquipélago nipônico e península coreana, e que portanto, conquanto ainda sendo aparentemente abrangente e antigo, se faz imperativamente importante dê-se introduzir neste trabalho. Acerca deste aspecto, pode-se afirmar que, segundo os estudos e reportagens abordados neste trabalho, que a intolerância cultural e discriminação, racismo e ordem política, atrelados com a instabilidade geopolítica presente no nordeste asiático, agravam e culminam em um conflito político-social entre japoneses e coreanos étnicos. Junto às instabilidades geopolíticas, vem adornado o fato da crescente manifestação de direita no Japão, que busca reafirmar a ideologia da supremacia racial nipônica e expansionismo japonês, (tradições do Japão feudal) induzidas e propelidas também pelo avanço das interações da Coreia do Norte e sua nova liderança.

Dentre os autores estudados também se argumenta que, como o Japão exige nacionalidade japonesa consanguínea para a aquisição de naturalidade e que, de igual forma, a cidadania tem processos também rigorosos, existem baixas taxas de naturalização entre os coreanos *Zainichi* e outros cidadãos não japoneses no Japão, significando que eles estão politicamente sub-representados em contextos formais no Japão. Ela também destaca que o Japão é “um dos únicos países onde a diferença fenotípica não é a base para a formação de novas minorias étnicas” (CHUNG, 2003, p. 55). Essa “invisibilidade” tem sido um fator na manutenção do mito da homogeneidade em comparação com os desafios às nações mundiais que possuem baixos níveis de interações étnicas sociais dinâmicas. A política contemporânea de imigração e cidadania no Japão reflete a interação estratégica entre os esforços estatais para controlar os movimentos de imigração e movimentos de base realizados por ativistas multigeracionais, residentes na Coreia, para obter direitos e reconhecimento especificamente como residentes estrangeiros permanentemente assentados no Japão.

Em um paralelo entre este trabalho e os últimos acontecimentos globais, parece ainda mais que o estudo de políticas praticadas por Estados, assim como na sua representação como figura monolítica que rege e se transforma no sistema, é

importante e serve como ponto de partida para a compreensão da sensibilidade que os Estados têm relação ao campo geopolítico que trata de dinâmicas populacionais. Nesse sentido, é expressiva a oportunidade de adaptações de estudo deste sentido para tanta a academia quanto para a contínua busca por uma sociedade mais avançada.

Também se faz importante frisar que deste trabalho poderão surgir inúmeras outras contribuições para o estudo das RI academicamente e como objeto abstrato que permeia as relações entre pessoas, Estados e empresas. Como reflexo do estudo sobre a estrutura e os *Zainichi*, poderíamos também buscar compreender a dinâmica da população norte-chinesa dos Uigures, da região de Xinjiang, etnia que tem majoritariamente religião muçulmana, perguntando como e por quais motivos esta têm sido fortemente controlada pelo governo da China, indo tão longe quanto foi reportado, detendo esta população em “campos de reeducação” (CONRAD et al, 2020). A China tem reivindicado que os Uigures “têm visões extremistas e são uma ameaça à segurança (nacional)” (WOOD; BUTLER, 2019).

Além disso, poderíamos realizar uma pesquisa entre a população muçulmana europeia e sua escala de tensões nestes países. Ou poderíamos, ainda que estritamente hipotético, estabelecer um paralelo com a população judaica no período de entre guerras na Europa do séc. XX, e sua fatal destinação ao extermínio em massa. Ou ainda mais, observar como a população negra nos EUA tem sido vítima da violência sistêmica, dos quais também pobres e outras etnia tem sofrido ao longo dos anos, sobretudo pelo uso excessivo da força policial contra cidadãos negros desproporcionalmente em relação aos caucasianos, e doravante as correntes manifestações sendo convocadas “contra a brutalidade policial”.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Chizuko T. Early Migrations, Conquests, and Common Ancestry: Theorizing Japanese Origins in Relation with Korea. *Sungkyun Journal of East Asian Studies* v. 8, n. 1. Abril 2008. pp. 105-130. Disponível em:

<https://www.academia.edu/3335640/Early_Migrations_Conquests_and_Common_Ancestry_Theorizing_Japanese_Origins_in_Relation_with_Korea>. Acesso: 29 abr. 2020.

BARNES, Gina L. An introduction to Buddhist archaeology. *World Archaeology*, [Kyoto], v. 27, n. 2, p. 165–182, 1995. Disponível em: <<http://search-ebscohost-com.ez127.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=9512095018&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 27 maio. 2020.

BARNES, Gina L. Japan and Korea: early states of Japan and Korea. In: SILBERMAN, Neil A. *The Oxford Companion to Archaeology*, vol. 2, ed. 2. Oxford: Oxford University Press. 1997. p. 151-153. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xeJMAgAAQBAJ&printsec=frontcover&q=Oxford+Companion+to+Archaeology&hl=pt-BR&sa=X#v=onepage&q=Barnes&f=false>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BENNETT, Andrew. Case study methods: design, use, and comparative advantages. In: SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (Orgs.). *Models, Numbers and Cases: Methods for Studying International Relations*. Chicago: The University of Michigan Press, 2004, p. 19-55. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/7d11/098671a75e7b289fd65adab2eb236c5cf580.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020. p. 19-55.

BOWRING, Richard J. *The religious traditions of Japan 500-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAPRIO, Mark; JIA, Yu. Occupations of Korea and Japan and the Origins of the Korean Diaspora in Japan. In: RYANG, Sonia; LIE, John. *Diaspora without Homeland: Being Korean in Japan*. Berkeley: University of California Press, 2009. p. 21- 38.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2012. 580p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CHECKEL, Jeffrey T. *Transnational dynamics of Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hDYhAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=Checkel,+Jeffrey+T.+\(2013\).+Transnational+dynamics+of+Civil+War.&ots=r3F3G4mLNG&sig=cUQn6pCjACXWb9uEuAoX1LrKBTQ#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hDYhAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=Checkel,+Jeffrey+T.+(2013).+Transnational+dynamics+of+Civil+War.&ots=r3F3G4mLNG&sig=cUQn6pCjACXWb9uEuAoX1LrKBTQ#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 21 mai. 2020.

CHUNG, Erin A. *Immigration and citizenship in Japan*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

CHUNG, Erin A. *Noncitizens, Voice, and Identity: The Politics of Citizenship in Japan's Korean Community*. Center for Comparative Immigration Studies. São Diego: University of California, 2003. Disponível em: <https://ccis.ucsd.edu/_files/wp80.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CONRAD, Naomi et al. China convicts Uighurs in sham trials at Xinjiang camps. *DW*, [Berlim], 8 junho 2020. World, Asia, DW Exclusive. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/china-convicts-uighurs-in-sham-trials-at-xinjiang-camps/a-53699982>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DORNELES, Lucienne. *Construtivismo: uma contribuição para a racionalização da educação?*. 2008. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2008.

DOYLE, Michael. *Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part I*. Philosophy and Public Affairs vol. 12, 1983, p. 205-235. Disponível em: <https://canvas.uw.edu/files/49769298/download?download_frd=1>. Acesso em: 26 mai. 2020

FISHER, Max. The single most important fact for understanding North Korea. **Vox**, 6 janeiro 2016. Disponível em: <<https://www.vox.com/2016/1/6/10724334/north-korea-history>>. Acesso em: 20 jun. 2020

FUKUYAMA, Francis. Identity, immigration, and liberal democracy. *Journal of Democracy*. Vol. 17, n. 2, abril 2006, p. 5-20. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2012/04/Fukuyama-17-2.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory: Action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley: University of California Press, 1979. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=66EwDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 mai. 2020.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society, Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cV8xnSla0-IC&oi=fnd&pg=PR13&ots=Ay89Vj5q-4&sig=d2qXm8b9KL1MHhrGHEIMR8g9AeQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em:

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990. Disponível em: <<https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/10/The-Consequences-of-Modernity-by-Anthony-Giddens.pdf>>. Acesso em: p. 18-21.

GTARI. Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2020. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/gtari/index.html>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

HANKYOREH. [News analysis] Ethnic Koreans in Japan shut out from visiting their homeland. *Hankyoreh*, [Seoul], 18 julho 2017. International. Disponível em: <http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/803299.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HOUAISS, Antonio (Ed.). Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro, 2001.

JAPAN. Ministry of Justice. *Promotion activities focusing on hate speech*. Disponível em: <http://www.moj.go.jp/ENGLISH/m_jinken04_00001.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KENNEDY, Malcolm. *A Short History Of Japan*. Nova Iorque: The New American Library of World Literature, 1964.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4. Dezembro 1988. p. 379-396. International Studies Association. [Nova Iorque]: Oxford University Press, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2600589>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

KIM, Myung Ja. How Does Diaspora Mobilization Become a Causal Feature of Structural Change?. *Journal of Asian Security and International Affairs*. Vol. 2, ed. 3, p. 266 - 290. University of London, SAGE Publications. Londres: SAGE, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286443205_How_Does_Diaspora_Mobilization_Become_a_Causal_Feature_of_Structural_Change>. Acesso em: 21 mai. 2020.

KISSINGER, Henry. *On China*. Nova Iorque: Penguin Press, 2011.

KYOUNGHWA, Lim. The Mutual Gaze of Okinawans and Zainichi Koreans in Post-War Japan: From 1945 to the 1972 Okinawa Reversion. *The Asia-Pacific Journal*. Japan Focus. Vol. 17, ed. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://apjif.org/-Lim-Kyounghwa/5275/article.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KURASHITA, Yuki. A demonstration by Zaitokukai against Koreans in Japan took place in Tokyo in March 2013. A woman carries a placard written "Koreans should be massacred". In: FLICKR, 17 março, Tokyo, 2013. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/94208774@N08/8566674533/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LIE, John. *Zainichi (Koreans in Japan): Diasporic Nationalism and Postcolonial Identity*. Global, Area, and International Archive. Berkeley: University of California Press, 2008. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/7qr1c5x7>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LIE, John. Zainichi: The Korean Diaspora in Japan. *Education about Asia*. Asian Intercultural Contacts. Association for Asian Studies. 14 vol. 2 n. [Berkeley?]: Columbia University Press, 2009. Disponível em:

<<https://www.asianstudies.org/publications/ea/archives/zainichi-the-korean-diaspora-in-japan/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MCDUGAL, Myers S *et al.* The Protection of Aliens from Discrimination and World Public Order: Responsibility of States Conjoined with Human Rights. *American Journal of International Law*, v. 70, 1978, p. 433. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3669&context=fss_papers>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MELLO, Celso A. *Curso de Direito Internacional Público*. 2 vol. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MINDAN. 在日本大韓民国居留民団 (*Zai-Nihon Daikanminkoku Kyoryū Mindan*; União de Residentes Coreanos no Japão). Mindan Headquarters Tokyo, 2020. Disponível em: <<http://www.mindan.org/syakai.php>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. Freedom and Homecoming, Narratives of Migration in the Repatriation of Zainichi Koreans to North Korea. In: RYANG, Sonia; LIE, John. *Diaspora without Homeland: Being Korean in Japan*. Berkeley: University of California Press, 2009. p. 39 - 61.

NAC. Núcleo de Ação Comunitária. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2020. Disponível em: <<https://www.unisc.br/pt/home/estrutura-administrativa/nucleos/nucleo-de-acao-comunitaria-nac>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORTH Korea fires second ballistic missile over Japan. *BBC News* [online], [Londres], 15 set. 2017. World, Asia. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-41275614>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ORR, James. A 1942 Declaration for Greater East Asian Co-operation. *The Asia-Pacific Journal*, 03 março 2008. Vol. 6, n. 3. Japan Focus. Disponível: <<https://apjff.org/-James-Orr/2692/article.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

RAGIN, Charles C. *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=0rFJkUN5FYwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Ilse M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 76-97. Disponível em: <http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

REPUBLIC OF KOREA. Ministry of Foreign Affairs. *History*. Life in Korea, About Korea, History. [Seoul]: c2013. Disponível em: <http://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_19854/contents.do>. Acesso em: 29 abr. 2020.

RIBEIRO, Bernardo S. M. *et al.* A Inserção Japonesa na Sociedade Internacional: Uma Perspectiva Construtivista da Reclusão à Restauração. In: CALDEIRA, Amanda H.; LIMA, Breno P. F. G. de; BARBOSA, Igor A. V. B. (Orgs.). *Pensando Ásia nas Relações Internacionais: Idéias e Perspectivas do Passado e Presente*. Belo Horizonte; Brasília: PUC Minas, Departamento de Relações Internacionais, FUNAG - Fundação Alexandre Gusmão, 2007, v. , p. 21-51.

RYANG, Sonia. *North Koreans in Japan: Language, Ideology, and Identity*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=P3NgDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RYANG, Sonia. *Koreans in Japan: Critical Voices from the Margin*. Londres: Taylor & Francis, 2000.

RYANG, Sonia. Visible and Vulnerable, The Predicament of Koreans in Japan. In: RYANG, Sonia; LIE, John (Orgs.). *Diaspora without Homeland: Being Korean in Japan*. Berkeley: University of California Press, 2009, p. 62 - 80.

RYANG, Sonia; LIE, John (Orgs.). *Diaspora without Homeland: Being Korean in Japan*. Berkeley: University of California Press, 2009.

SILVA, Ana Gabriela Lobato. *A evolução da literatura Zainichi-Chousenjin: da colonização a Yu Miri*. 2011. Monografia (Licenciatura em Letras Japonês) - Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SEWELL, William H. Jr. A theory of structure: Duality, agency and transformation. *American Journal of Sociology*. Vol. 98, n. 1, julho 1992, pp. 1-29. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2781191?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (Orgs.). *Models, Numbers and Cases: Methods for Studying International Relations*. Chicago: The University of Michigan Press, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=o0iOOrN3DQIC&oi=fnd&pg=PA19&ots=t4RgGCBdHJ&sig=QrsoE-LnkAVaunWaEy8T9Jq1HnA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SOUZA, Betina Nunes. A permanência dos conflitos entre Coreia do Norte e Coreia do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 2017.

STRAUSZ, Michael. Minority Rights and Minority Invisibility Oldcomer Koreans in Japan. In: STRAUZ, Michael. *Help (Not) Wanted: Immigration Politics in Japan*. Nova Iorque: State University of New York Press, 2019. p. 29-60. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=JDqqDwAAQBAJ&pg=PA29&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 jun. 2020.

TAKEMAE, Eiji; RICKETTS, Robert; SWANN, Sebastian; DOWER, John. *The Allied Occupation of Japan*. Nova Iorque: Continuum, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Ba5hXsfeyhMC&lpg=PR1&hl=pt-BR&pg=PR5&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 jun. 2020.

THE EXISTENTIAL crisis facing North Korean schools in Japan. Around 70 Joseon schools in Japan have funding slashed by the government and are targeted by nationalist organisations. *Aljazeera*, [Doha], 22 abr. 2019. Feature, Asia Pacific. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/existential-crisis-facing-north-korean-schools-japan-190422013659917.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

TOKUNAGA, Risa. Racism in Japan: Exclusion of Korean Schools from the High School Fee Exemption Policy. In: ASIA-JAPAN WOMEN'S RESOURCE CENTER. A Hundred Years Since Japanese Colonization of Korea – Feminist Challenge to Continued Colonialism. *Voices from Japan*. Ed. 25, p. 32 – 34, março 2011. Disponível em: <<http://www.ajwrc.org/english/sub/voice/Voice25inside-10.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

TURNBULL, Stephen R. *Samurai Invasions of Korea 1592-1598*. Campaign, vol. 198. Oxford: Osprey Publishing, 2008. Disponível em: <<https://fliphtml5.com/ownja/bzox/basic>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

TWO lawyers sue 712 people who sought to have them disciplined. *The Asahi Shimbun*, [Tokyo], 12 abr. 2019. Japan News, Social Affairs. Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201904120056.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TWO men arrested for shooting at de facto N. Korean embassy in Tokyo. *Japan Today* [online], Tokyo, 23 fev. 2018. Crime. Disponível em: <<https://japantoday.com/category/crime/2-men-arrested-for-shooting-at-de-facto-N-Korean-embassy-in-Tokyo>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2020. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

WIKIMEDIA COMMONS. *Topographic map of Korean Peninsula*. Novembro 2008. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Korean_Peninsula_topographic_map.png>. Acesso em: 27 mai. 2020.

WIKIMEDIA COMMONS. *Population of Koreans in Japan*. Outubro 2013. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Population_of_Koreans_in_Japan.gif>. Acesso em: 29 mai. 2020.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/2706749?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 19 jun. 2020.

WENDT, Alexander. Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, n. 46, p. 391-425, 1992. Disponível: <<https://courses.helsinki.fi/sites/default/files/course-material/4594742/Wendt.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander. *Teoria social da política internacional*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

WOOD, Brian; BUTLER, Brennan. What is happening with the Uighurs in China?. *PBS News Hour*, [Washington], 4 outubro 2019. China Power and Prosperity. Disponível em: <<http://www.pbs.org/newshour/features/uighurs/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

YAMAGUCHI, Tomomi. The “History Wars” and the “Comfort Woman” Issue: Revisionism and the Right-wing in Contemporary Japan and the US. *The Asia-Pacific Journal*, 15 março 2020. Vol. 18, ed. 6, n. 3. Japan Focus. Disponível: <<https://apjff.org/-Tomomi-Yamaguchi/5381/article.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Trad. Daniela Bueno. Revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Editora Penso, 2016.

ZAINICHI being korean in Japan. As North Korea agrees to denuclearisation, Koreans living in Japan hope for a more peaceful future. *Aljazeera*, [Doha], 13 jun. 2018. Feature, Japan. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/zainichi-korean-japan-180612120802469.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.